



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**O PROERD: IMPLICAÇÕES DE UMA INICIATIVA DE GESTÃO NA
IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO AVALIATIVO**

**Raimundo Antônio Rodrigues de Oliveira
Matrícula 15/0073241**

Brasília, julho de 2019

RAIMUNDO ANTÔNIO RODRIGUES DE OLIVEIRA

**O PROERD: IMPLICAÇÕES DE UMA INICIATIVA DE GESTÃO NA
IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO AVALIATIVO**

Trabalho final de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora doutora Paula Maria Cobucci Ribeiro Dias.

Brasília, julho de 2019

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Paula Maria Cobucci Ribeiro Dias (Orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Bráulio Tarcísio Porto de Matos (Examinador)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Bernardo Kipnis (Examinador)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Profa. Dra. (Suplente)
Faculdade

Brasília, julho de 2019

A Deus, que nos criou e foi criativo
nesta tarefa. Seu fôlego de vida em
mim deu-me sustento e coragem para
questionar realidades e propor sempre
um novo mundo de possibilidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela sua infinita misericórdia e pelo sustento para fortalecer minha caminhada.

À minha orientadora, profa. dra. Paula Maria Cobucci Ribeiro Dias, pelo exemplo, pelo incentivo ao trabalho e pela compreensão diante das minhas limitações.

Ao prof. dr. Bráulio Tarcísio Porto de Matos, pelo exemplo, pelo engajamento e pela dedicação à missão docente, antes e durante a aposentadoria.

Aos meus colegas de curso, pelos maravilhosos momentos de crescimento mútuo.

Aos integrantes da Coordenação do Proerd/DF, por consentir e apoiar a realização desta pesquisa e todos os policiais instrutores do Proerd que, de forma resiliente, lutam para contribuir com a formação de milhares de crianças e adolescentes, ajudando-os a fazerem escolhas seguras e saudáveis.

À minha família, a meus pais, a meus irmãos, a minha esposa e ao meu pequeno Heitor Rodrigues Medeiros, que me acompanha e inspira desde o primeiro semestre, ainda no ventre de sua amada mãe, nas conquistas desta jornada em busca do conhecimento e do aprimoramento pessoal.

“O paradoxo da educação é exatamente este: à medida que alguém começa a se tornar consciente, passa também a examinar a sociedade em que está sendo educado.”
(James Baldwin)

“Qualquer efeito iatrogênico em prevenção ao uso de drogas não é aceito do ponto de vista ético!”
(Zila Sanchez)

“A prova de toda felicidade é a gratidão.”
(G.K. Chesterton)

RESUMO

OLIVEIRA, Raimundo Antônio Rodrigues de. **O Proerd: implicações de uma iniciativa de gestão na implementação de um modelo avaliativo**. 2019. Trabalho final de curso (Pedagogia). – Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2019.

Considerando a necessidade de estabelecer ferramentas de gestão devidamente institucionalizadas, que possibilitem processos e modelos avaliativos diante da aplicação dos currículos do Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd, este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo apresentar, por meio de uma análise qualitativa e a partir da observação ativa dos procedimentos adotados pela Coordenação Executiva do Proerd, lotada no Comando de Policiamento Escolar – CPESC, as iniciativas de gestão adotadas como alternativas para se entalçar bases de dados que possam subsidiar modelos avaliativos direcionados para a percepção do impacto do programa nos territórios atendidos. No entanto, em tal análise, verificou-se que a ausência de regulação institucional vinculada às atividades do programa impõe-se como obstáculo inerente à formulação de um banco de dados perene, acessível e fidedigno. Desse modo, infere-se, na percepção do autor, um descompasso parcial entre os objetivos do programa e a atual Política Nacional sobre Drogas – Pnad.

Palavras-chave: Proerd. Gestão. Avaliação. Prevenção às drogas.

ABSTRACT

Considering the need to establish management tools that are properly institutionalized, which enable evaluative processes and models in view of the application of the curricula of the Drug Resistance Educational Program – Proerd, this course completion work aims to present, through a qualitative analysis and Based on the active observation of the procedures adopted by the Executive Coordination of Proerd, based in the School Policing Command - CPESC, the management initiatives adopted as alternatives to build up databases that can support evaluation models directed to the perception of the impact of the program on territories served. However, in such an analysis, it was found that the absence of institutional regulation linked to the program's activities imposes itself as an inherent obstacle to the formulation of a perennial, accessible and reliable database. Thus, in the author's perception, a partial mismatch between the objectives of the program and the current National Policy on Drugs – Pnad.

Key words: Proerd. Management. Evaluation. Drug prevention.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AISP – Áreas Integradas de Segurança Pública

BPM – Batalhão de Polícia Militar

CNCG – Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e
Corpos de Bombeiros Militares

CPP – Centro de Políticas Públicas

DF – Distrito Federal

CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas

CPEsc – Comando de Policiamento Escolar

DARE – *Drug Abuse Resistance Education*

KiR – *Keepin' it REAL*

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MTDP – Modelo de Tomada de Decisão Proerd

ONG – Organização não Governamental

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PeNSE – Pesquisa Nacional sobre Saúde Escolar

PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

Pnad – Política Nacional sobre Drogas

Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas

RISP – Região Integrada de Segurança Pública

SEL – *Socio-Emotional Learning Theory*

Sisnad – Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

SisProerd – Sistema de Gestão do Proerd da Polícia Militar de Santa Catarina

SSP – Secretaria de Estado de Segurança Pública

UMP – Unidade Policial Militar

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

UPM – Unidade Policial Militar

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PARTE I – MEMORIAL	12
PARTE II – MONOGRAFIA	18
1. INTRODUÇÃO	18
2. O DARE	22
2.1 HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA NORTE-AMERICANO	24
2.2 CRÍTICAS AO PROGRAMA NORTE-AMERICANO.....	28
3. O PROERD	31
3.1 HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL.....	36
3.2 CRÍTICAS AO PROGRAMA BRASILEIRO.....	39
4. O PAPEL DA GESTÃO NA CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE IMPACTO	43
4.1 HIPÓTESES E METODOLOGIAS DE ESTUDO.....	45
4.2 PROCEDIMENTOS	46
4.3 ANÁLISE DE RESULTADOS	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
6. REFERÊNCIAS	59
PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	63
APÊNDICE – A	

APRESENTAÇÃO

Este trabalho resulta do processo de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia e constitui-se como a atividade principal da Disciplina Projeto 5 – Trabalho Final de Curso, ofertada pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), realizada no primeiro semestre de 2019, sob orientação acadêmica da professora doutora Paula Maria Cobucci Ribeiro Dias e co-orientação do professor doutor Bráulio Tarcísio Porto de Matos.

Encontra-se dividido em três partes: memorial, no qual apresento informações da minha trajetória escolar e acadêmica; monografia, em que desenvolvo o tema de pesquisa; e o projeto de vida profissional, espaço em que são apresentadas as perspectivas pessoais e profissionais de atuação.

PARTE I – MEMORIAL

Meu nome é Raimundo Antônio Rodrigues de Oliveira, nascido em 13 de novembro de 1974, no município de Cocal, interior do estado do Piauí, filho de um lavrador e de uma costureira, ambos semialfabetizados. Tenho mais 3 irmãos, nascidos nos anos de 1976, 1977 e 1978.

Em 1976, meus pais decidiram enfrentar uma viagem de 4 dias, entre caminhões e ônibus, em direção a uma vida mais promissora na Capital Federal, onde tivemos como primeira moradia um cômodo de 2m por 3m, feito de madeirites e telhas de amianto, nos fundos de um canteiro de obras de uma casa situada no Lago Sul, local onde cresci ao lado de meus irmãos e estudei; sempre mudávamos de casa, após o término das construções, nas quais meu pai trabalhava como pedreiro e minha mãe, como cantineira e costureira; pela manhã, ela cozinhava para os operários das construções e, à tarde, costurava para as “madames” que moravam na região.

Sempre estudando em escolas públicas, ingressei, aos 7 anos, no Instituto Don Orione, um colégio tradicional católico, localizado na QI 15 do Lago Sul, onde tive muitas dificuldades de adaptação e de socialização, o que resultou em minha transferência, no ano seguinte, para uma turma de ensino especial, na qual fiquei por um ano. Após essa etapa e mais adaptado às rotinas da escola, e com a presença de minha irmã e do meu irmão, também matriculados na mesma escola, ingressamos, juntos, na primeira série do então primeiro grau, e eu tive de me adaptar a uma defasagem relativa à idade/série de 2 anos.

Aos 12 anos, comecei a cursar a 5ª série no Centro Educacional do Lago - CEL, localizado na QI 13 do Lago Sul. Uma escola muito bem estruturada e com ótimos professores, onde tive a oportunidade de evoluir nos estudos e construir uma vida social mais ampla – fui presidente do grêmio estudantil e colaborei na organização de diversas atividades esportivas, culturais e até políticas, como membro da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília – UMESB, durante algumas manifestações estudantis no ano de 1992.

Durante os primeiros anos como aluno do CEL, surgiu a oportunidade que me levaria a optar pelo meu primeiro curso de graduação, quando tive a chance de concorrer, durante uma gincana, a uma bolsa de 3 meses para treinar judô na

academia Classe A, que ficava há uns 600 metros do colégio, distância que comecei a percorrer todas as segundas, quartas e sextas após as aulas, até a formatura do segundo grau.

Com o segundo grau concluído, fui trabalhar com meu pai em construções para pagar cursos e continuar os treinos na academia de judô, sempre cultivando o sonho de cursar Educação Física. Somente aos 22 anos consegui meu primeiro emprego formal, como vigilante, o que me permitiu iniciar o curso de Educação Física na Universidade Católica de Brasília.

Após um ano e meio estudando e trabalhando, pegando 4 ônibus por dia e praticamente afastado dos treinos de judô por falta de tempo, surgiu a oportunidade de fazer um concurso para a Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF. Foi, então, que resolvi trancar a faculdade pela primeira vez e dedicar-me aos estudos. Nessa época, estudava em 2 cursinhos preparatórios. Graças a Deus e com muita dedicação, obtive êxito no certame realizado pelo CESPE/UnB. No entanto, devido a essa aprovação, tive de trancar a faculdade por mais um ano, pois tinha de participar do curso de formação da PMDF. Por outro lado, esse curso permitiu-me retomar os treinos de judô e, como associado da Federação Metropolitana de Judô pela Academia da Polícia, em meados dos anos 2000, fui aprovado nos testes para o grau de Faixa Preta da modalidade.

Após a conclusão do curso de formação, fui lotado na então 7ª Companhia de Polícia, responsável pelo policiamento da região central de Brasília, onde, aos 25 anos, comecei meu processo de amadurecimento como homem, cidadão, profissional de segurança pública e educador, diante de tantos problemas sociais, principalmente envolvendo crianças e adolescentes que frequentavam, trabalhavam e “moravam” na região.

Retomei os estudos no curso de Educação Física na UCB e, em agosto de 2000, minha família e eu mudamos para a casa, ainda em fase de acabamento, que meu pai, mestre de obras, construiu praticamente com as próprias mãos na região do Jardim Botânico.

Entre 2001 e 2002, tive a oportunidade de dar aulas de judô na academia onde comecei a treinar e, em meados de 2002, realizei meu estágio supervisionado no CEL, com a professora Herta, a qual, durante meu segundo grau, tinha me aconselhado, em diversos momentos, a fazer o curso de Educação Física.

Por fim, em agosto de 2003, obtive a Licenciatura Plena em Educação Física pela UCB. Fui o primeiro da minha família a realizar um curso superior. No entanto, devido a um acúmulo de dívidas que fiz durante a graduação, e por ainda ajudar na construção da casa de meus pais, não participei da festa de colação de grau.

Com meu diploma em mãos, resolvi retomar os estudos, com foco em outros concursos e nas oportunidades internas da carreira policial, o que me possibilitou ser aprovado em um concurso interno para a função de cabo em novembro de 2005. Fui promovido para tal função em julho de 2006 e retornei para a minha unidade de origem após o curso de formação.

No mesmo ano, na véspera do meu aniversário de 32 anos, por falta de atenção no trânsito, sofri um grave acidente na Ponte JK, o que me deixou afastado das funções policiais por 10 meses. Foi um período de amadurecimento e de reflexões construídas durante o processo de recuperação.

Quando retomei a atividade policial, ainda com algumas restrições, ponderei sobre estar há mais de 5 anos atuando como policial e incomodado com a situação rotineira de abandono e de drogadição que envolvia crianças e adolescente no centro de Brasília.

Na busca por um sentido mais amplo para as atividades profissionais desempenhadas à época, surgiu a oportunidade de fazer o Curso de Formação de Instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd e, após duas semanas de intensas atividades e conteúdos relacionados à educação, comecei a atuar como instrutor do Proerd em diversas escolas do Distrito Federal, apresentando lições sobre prevenção às drogas.

Essa mudança na rotina profissional impulsionou minha vontade de retomar os estudos na área de educação. Assim, em 2009, iniciei uma pós-graduação *lato sensu* em Educação Física Escolar e comecei a atuar como mentor (docente) nos cursos de formação de novos Instrutores do Proerd.

Em 2011, fiz outra pós-graduação *lato sensu* em Docência do Ensino Superior pelo Instituto Superior de Ciências Policiais da PMDF e intensifiquei minha participação na Coordenação do Proerd. Com isso, passei a atuar nos processos formativos do programa e na área administrativa.

Em 2014, fiz mais uma pós-graduação *lato sensu* em Gestão Educacional pela UCB, período em que estruturei e coordenei a disciplina Prevenção e Repressão às Drogas, durante o Curso de Formação de Praças – CFP III/PMDF.

Com as atribuições na Coordenação do Proerd e com a chegada dos meus 39 anos, ainda solteiro e sem filhos, permiti-me mais um desafio e participei da seleção para o curso de Pedagogia da UnB. Com a aprovação nesse certame, surgiu a paixão por uma linda moça de nome bonito (Lívia Paiva Medeiros), que me concedeu a sua mão e, no ano seguinte, a benção de ser pai. Com essa oportunidade, comecei o curso com uma grade de apenas 12 créditos, para conciliar as rotinas do trabalho com as emoções e as obrigações da paternidade e do relacionamento.

A adaptação às rotinas da UnB não foi fácil. Demorei para me adaptar e entender como planejar o curso. Como tive muitas disciplinas concedidas, acabei me perdendo no fluxo. Como minha intenção era realmente aproveitar ao máximo as disciplinas, a fim de utilizar o conhecimento nas atividades do Proerd e também na paternidade, optei por cursar disciplinas mais alinhadas às minhas demandas profissionais, mas atentando-se às disciplinas obrigatórias, para não protelar a conclusão do curso.

Nesse sentido, algumas disciplinas foram marcantes e muito úteis para a minha reflexão e compreensão do papel do profissional da área de segurança pública que atua em um contexto escolar, principalmente por envolver temas sensíveis para a comunidade escolar, como é o caso das drogas e da violência.

Dentre essas disciplinas, logo no primeiro semestre, destacou-se a ministrada pela professora Renísia – Ensino de História, Identidade e Cidadania –, com a qual tive a oportunidade de aprofundar conceitos sobre identidade de gênero, tempo histórico e vulnerabilidade social.

A disciplina Educação Infantil, conduzida pela professora Maria Aparecida Camarano Martins, também foi marcante para a minha prática profissional como instrutor do Proerd. Por meio dela, pude compreender aspectos legais sobre a Educação Infantil e a importância de observar as linguagens próprias desse público na construção de estratégias intencionais de ensino e cuidado.

Com a professora Fátima Vidal, tive a chance de construir um olhar único e realmente especial sobre os processos de inclusão e sua importância na garantia

de direitos e acessos à educação, além de diversos tópicos especiais sobre a educação.

Com relação aos projetos, destaco a participação como monitor durante a ANPED-CO, atribuição dada pela professora Shirleide Pereira da Silva Cruz, durante as rotinas do Projeto 4. Nesse evento, acompanhei apresentações de trabalhos de diversas universidades e convivi em um ambiente de produção e valorização do conhecimento e da profissão docente. Foi inspirador!

Outro momento relevante foi o estágio (Projeto 4) na Escola Classe 411 Norte, onde conheci a professora Suema, regente do 2º ano B, e sua realidade diversificada e desafiadora. Percebi que, em uma única turma, pode-se identificar diversos “mundinhos” em diferentes processos de alfabetização. No entanto, com boas disciplina, experiência e metodologia, constrói-se, de forma equânime, aprendizagem e afeto.

No segundo semestre de 2017, surgiu uma oportunidade profissional de ascensão na carreira, por meio de um concurso interno. Diante disso, resolvi trancar a matrícula para dedicar-me aos estudos. Infelizmente, não obtive êxito no certame. Como todo processo de aprendizagem é agregador, fico aguardando outra oportunidade.

Em 2018, retornei ao curso e matriculei-me em 4 disciplinas, ocasião em que tive minha primeira experiência com a linguagem de sinais. Foi desafiador e emocionante ter contato com a cultura da comunidade surda, com os respectivos processos de comunicação e de aprendizagem.

Outro momento relevante desse semestre foi ter reencontrado o professor Bráulio Tarcísio Porto de Matos, da disciplina Sociologia da Educação. Fui instrutor do filho dele, Tales, no Proerd, em 2014; apesar do meu fraco desempenho na disciplina, aceitou o desafio de ser o meu orientador no Projeto 05 (monografia) no semestre seguinte.

Como nem tudo na vida é fácil e previsível, durante o segundo semestre de 2019 – que deveria ter sido o meu último período –, passei por uma turbulência profissional, em que a rotina de quase 3 anos morando no Jardins Manguelral, trabalhando em Águas Claras e estudando no *campus* Darci Ribeiro, debilitou minha saúde. Por orientações médicas, tive de diminuir a rotina de atividades e, com isso, tranquei algumas disciplinas, inclusive o Projeto 5, para dedicar-me ao tratamento.

Apesar de ter sido um semestre muito difícil, tive a grata oportunidade de conhecer a professora Paula Maria Cobucci Ribeiro Dias, que, além de me ensinar o poder das palavras da nossa língua materna, foi fundamental para a conclusão deste trabalho, assim como o professor Bráulio, que, mesmo já aposentado, seguiu com minha orientação. Agradeço imensamente a eles pela conclusão deste curso.

Por fim, afirmo que o curso de Pedagogia ampliou meu processo de assimilação, empoderamento e reflexão, diante dos conteúdos estudados e das relações construídas, os quais me permitiram aprimorar as atividades que desenvolvo há mais de 12 anos na Coordenação do Programa Educação de Resistência às Drogas, considerando que o programa favorece atividades e conteúdos curriculares direcionados a crianças e adolescentes do Ensino Fundamental, para orientá-las e capacitá-las a fazerem escolhas seguras e saudáveis e a valorizarem a cultura de paz.

PARTE II – MONOGRAFIA

1. INTRODUÇÃO

A atual Política Nacional sobre Drogas, conforme Decreto n. 9.761, de 11 de abril de 2019, define que a prevenção às drogas deve ser fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira, compreendendo todos os níveis governamentais, fundamentada na filosofia da responsabilidade compartilhada, construindo redes sociais que visem à melhoria das condições de vida.

Segundo informações contidas na página do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes – UNODC (2019), o uso de drogas, na atualidade, é uma preocupação mundial, haja vista dados do Relatório Mundial Sobre Drogas (2018), que indicam um aumento de 60% no número de mortes, entre 2000 e 2015, devido ao uso de drogas.

Entre estudantes, a Pesquisa Nacional sobre Saúde Escolar – PeNSE (2016) destaca um aumento relativo ao consumo de bebida alcoólica entre alunos que cursavam o 9º ano do ensino fundamental em 2015, sendo que 55,5% já tinham consumido pelo menos uma dose de bebida alcoólica alguma vez na vida, percentual superior ao observado em 2012, que ficou em 50,3%. Já a proporção dos que experimentaram drogas ilícitas subiu de 7,3% para 9,0% no mesmo período. Em relação ao consumo atual (uso nos últimos 30 dias) de álcool e drogas ilícitas, os resultados apresentaram, respectivamente, 23,8% e 4,2%.

Diante dessas circunstâncias sociais envolvendo drogas, a atual legislação, Decreto n. 9.761, de 11 de abril de 2019, que trata da Política Nacional sobre Drogas, estabelece que:

As ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, ao incentivo da educação para a vida saudável e à qualidade de vida, ao fortalecimento dos mecanismos de proteção do indivíduo, ao acesso aos bens culturais, à prática de esportes, ao lazer, ao desenvolvimento da espiritualidade, à promoção e manutenção da abstinência, ao acesso ao conhecimento sobre drogas com embasamento científico, considerada a participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação das ações. (BRASIL, 2019a, p. 6).

Desse modo, a atual legislação ressalta a importância da fundamentação científica na elaboração de conteúdos, de ações e de projetos preventivos, bem como da participação e do comprometimento de diversos atores sociais.

Na esfera educacional, o art. 17 da Lei n. 13.840, de 05 de junho de 2019, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e outras providências, faz alterações no art. 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), que trata das incumbências dos estabelecimentos de ensino, a fim de assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou à dependência de drogas ilícitas em escolas, acrescentando o inciso XI, com a seguinte redação: “promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas.” (BRASIL, 1996).

No mesmo sentido, o conteúdo relacionado à prevenção às drogas está referenciado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), com destaque para a importância do tema e para a necessidade de um enfoque diferenciado, diante das dificuldades em lidar com o assunto e as expectativas depositadas sobre professores e instituições de ensino. Contudo, ressalta-se a propriedade do espaço escolar como *locus* privilegiado no tratamento do tema, pois a percepção do problema está intrinsecamente relacionada às intensas relações afetivas e sociais estabelecidas no contexto escolar (BRASIL, 1997).

Aliando-se a essas diretrizes legais e institucionais, e considerando a problemática das drogas em nossa sociedade, foi implantado, no Brasil, em 1992, a partir de iniciativas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), uma adaptação brasileira do programa norte-americano D.A.R.E. – *Drug Abuse Resistance Education*, criado em 1983, na cidade de Los Angeles (BRASIL, 2013).

Atualmente, o programa é adotado e desenvolvido pelas polícias militares de todo o país (BRASIL, 2013), sendo que a PMDF detém uma das sete (07) chancelas de Centro de Treinamento e a responsabilidade de capacitar policiais, conforme as metodologias estabelecidas pela Matriz Internacional, para a aplicação do programa.

Desse modo, considerando as implicações e responsabilidades do Programa no Distrito Federal, o problema deste trabalho está relacionado à análise dos procedimentos e das iniciativas de gestão adotados pela Coordenação Executiva

do Programa Educacional de Resistência às Drogas do Comando de Policiamento Escolar (Proerd/CPEsc), no sentido de criar condições para futuras avaliações de impacto do programa nos territórios atendidos, o que possibilitará futuros estudos comparativos atrelados aos dados gerados pelas Áreas e Regiões Integradas de Segurança Pública (AISP), estabelecidas pelo programa Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida, da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP/DF).

Para tanto, como integrante do quadro de policiais militares que atuam na gestão do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) há mais de 11 (onze) anos, nas funções de assistente administrativo, palestrante, instrutor Proerd e mentor Proerd pelo Centro de Treinamento do Proerd do Distrito Federal, em diversos momentos de interação com a comunidade escolar, em representações institucionais durante eventos relacionados a questões educacionais ou sobre a problemática das drogas, bem como em discussões acadêmicas ou informais, surgiram questionamentos a respeito do impacto e da eficiência do programa.

Diante dessa percepção empírica e da necessidade de uma reflexão sobre o propósito das atividades desenvolvidas pelo Proerd, seus custos e resultados, surgiu a oportunidade de realizar o presente trabalho, associando a atividade profissional e a acadêmica, com o objetivo de apresentar uma análise descritiva e qualitativa dos procedimentos, das iniciativas e dos instrumentos de gestão adotados, durante o ano letivo de 2018, pelo Centro de Políticas Públicas, pelo Comando de Policiamento Escolar da Polícia Militar do Distrito Federal e pelas Unidades Policiais Militares (UPM), responsáveis pela gestão e implementação do programa em escolas públicas e particulares do Distrito Federal, conforme a Lei Distrital n. 3.946, de 12 de janeiro de 2007, e a Portaria PMDF n. 1010, de 11 de agosto de 2016.

Tal análise fundamenta-se na necessidade de implementar modelos e ferramentas de gestão que possibilitem agregar e compilar dados para o monitoramento e possíveis avaliações do programa e o respectivo impacto enquanto política de prevenção às drogas, seja por avaliações longitudinais, randômicas, ou para subsidiar e fundamentar outras demandas institucionais, tais como investimentos, relatórios, projetos, entre outros.

Outrossim, ressalta-se o papel da gestão na condução de procedimentos administrativos que promovam a construção de um banco de dados perene,

fidedigno e acessível, capaz de fomentar a elaboração de indicadores e de evidências científicas em prol do aprimoramento e da ampliação do programa, a fim de promover um alinhamento com boas práticas e fundamentos epistemológicos, frente à ciência da prevenção.

Nesse sentido, as Diretrizes Internacionais sobre Prevenção do Uso de Drogas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes – UNODC (2014, p. 5) destacam que:

Houve uma época em que a prevenção do uso de drogas se limitava a folhetos impressos que alertavam os jovens sobre o perigo que elas causavam, com pouco ou nenhum impacto sobre o comportamento destes. Hoje em dia, a ciência nos permite contar uma história diferente. Baseadas em evidências científicas, as estratégias de prevenção trabalhadas com famílias, escolas e comunidades podem garantir que crianças e jovens, principalmente os mais marginalizados e pobres, cresçam e permaneçam saudáveis e seguros até chegarem à vida adulta e à velhice. Para cada dólar gasto em prevenção, pelo menos dez podem ser economizados em custos futuros com saúde, programas sociais e crime.

Para isso, o modelo metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica, baseando-se na análise de relatórios, memorandos, planilhas, manuais, legislações e portarias institucionais, entre outros, bem como na observação ativa, diante das atividades, das decisões e dos procedimentos de gestão adotados pela Coordenação Executiva do Proerd/CPEsc, durante o primeiro semestre de 2018.

Como resultado, as análises das observações e das pesquisas inferem que existe uma lógica experimental entre as iniciativas adotadas pela gestão executiva do programa e a adoção de critérios equânimes na distribuição dos recursos disponíveis, ao se considerar as demandas para os currículos ofertados. E, assim, além do alinhamento com princípios administrativos fundamentais, observou-se o estabelecimento de condições incipientes para, de forma comparativa, longitudinal, multicêntrica e randomizada, aferir o impacto nos territórios atendidos, diante de possíveis dados gerados pela Secretaria de Segurança Pública relacionados ao uso e ao tráfico de drogas com a iminente elaboração ou formalização de indicadores inerentes aos objetivos do programa.

2. O DARE

O *Drug Abuse Resistance Education* (DARE), criado em 1993, é um programa de prevenção ao uso de drogas lançado em uma realidade social norte-americana, na qual a política de “guerra às drogas” era norteada por estratégias e ações repressivas. Nesse contexto, o DARE desenvolveu uma alternativa, com foco em ações preventivas e conteúdos direcionados aos jovens em idade escolar, e adotou uma perspectiva proibicionista na proposta de ensinar os jovens a dizer “não” às drogas (PINC; PRÖGLHOF; BECSI, 2014 *apud* BRASIL, 2016, p. 183).

No entanto, de acordo com as informações contidas na página do programa na internet (www.dare.org), o DARE, atualmente, possui os currículos de prevenção de drogas mais abrangentes do mundo, tendo como missão e visão, conforme Lopes (2019), respectivamente:

- Missão - Ensinar aos alunos boas habilidades de tomada de decisão para ajudá-los a levar uma vida segura e saudável.

- Visão - Um mundo em que os estudantes em todos os lugares são capacitados a respeitar os outros e a escolher levar vidas livres de violência, uso de substâncias e outros comportamentos perigosos.

Como princípio fundamental do programa, os conteúdos são ministrados por policiais uniformizados e devidamente capacitados, considerando, segundo os idealizadores do programa, a percepção dos alunos diante da figura do policial, que, para eles, são os mais confiáveis para aplicar as lições, devido à experiência em lidar com as consequências do uso e abuso de drogas (MELO, 2018).

Para Melo (2018), o programa é uma extensão apropriada das ações de polícia comunitária, tendo a rápida expansão e consolidação nos Estados Unidos vinculadas à administração de uma Organização não Governamental (ONG), intitulada D.A.R.E. América, fundada em 1989 e proprietária da marca, dos direitos autorais e intelectuais do programa.

Tal ONG também é responsável por supervisionar, orientar e gerenciar o desenvolvimento do programa e a expansão internacional dele (DARE, 2019b).

Atualmente, os currículos do programa são implementados em todos os estados americanos, atingem, aproximadamente, 1,5 milhão de estudantes e estão presentes em mais de 50 países ao redor do mundo (DARE, 2019a).

Com essa capitalização internacional, os currículos DARE são formulados com base em evidências científicas e desenvolvidos por meio de parcerias com importantes especialistas no campo do abuso de drogas, ciência preventiva e medicina, além de instituições, como o Escritório de Política Nacional de Controle de Drogas da Casa Branca, a Agência Antidrogas dos EUA, o Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas, a Universidade Estadual da Pensilvânia, a Universidade Estadual do Arizona e a Universidade de Akron (DARE, 2019b).

Ao adotar uma perspectiva de prevenção universal, os currículos DARE são direcionados a todos os alunos, desde a Educação Infantil até o último ano do Ensino Médio (DARE, 2019a).

De modo geral, os currículos DARE têm como principal objetivo orientar decisões em prol de uma vida mais segura e responsável, ao desenvolver habilidades para lidar com situações de alto risco, incluindo drogas, álcool, violência, intimidação (*bullying*) e segurança na internet. Para isso, aliam-se aos fundamentos da Teoria da Aprendizagem Socioemocional (*Socio-Emotional Learning Theory - SEL*) e fomentam competências e elementos críticos capazes de promover atitudes no sentido de não usar drogas, diminuir o consumo ou interromper o uso (DARE, 2019c).

Para melhor compreensão, destaca-se o conceito de prevenção universal, que, para Sanchez (2016?, p. 7), pode ser definido como:

A prevenção universal é dirigida à população em geral, sem qualquer estratificação de grupos por fatores de risco. Um exemplo é a divulgação, através da mídia, de programas que apresentam os danos decorrentes do consumo de drogas. Nas escolas, as estratégias universais são realizadas com todos os alunos de uma determinada série (ou diversas séries), sem a preocupação de selecionar apenas alunos com maior vulnerabilidade para o consumo de drogas.

Nesse sentido, algumas referências externas de institutos de pesquisa e de instituições governamentais são apresentadas na página do programa, para reforçar a validação e a implementação dos currículos DARE, tais como o relatório da Comissão do Presidente de 2017 sobre o Combate à Toxicodependência e a

Crise dos Opiáceos nos Estados Unidos, no qual se reconhece a influência dos currículos do programa e a importância dele nas políticas de prevenção às drogas do país (DARE, 2019a).

De acordo com o Relatório da Comissão do Presidente de 2017 sobre o Combate à Toxicodependência e à Crise dos Opiáceos nos Estados Unidos, o conceito de “prevenção” utilizado em abordagens para crianças é definido como:

[...] A prevenção do abuso de substâncias é um processo que requer uma mudança de comportamento, cultura e normas comunitárias (...). Quando programas baseados em evidências são selecionados para populações específicas e implementados com fidelidade, eles podem ser eficazes... Abordagens ambientais direcionadas às crianças concentram-se na construção de um repertório de competências positivas, inclusive nas áreas acadêmica, autorregulação e habilidades sociais. (RELATÓRIO DA COMISSÃO DO PRESIDENTE DE 2017 *apud* DARE, 2019a).

Assim, os currículos DARE podem ser compreendidos como uma parte potencialmente relevante de uma abordagem universal que visa reduzir o uso e abuso de drogas, ao somar esforços, por meio da prevenção, com a sociedade e suas instituições, em prol da redução dos problemas relacionados à oferta e à demanda de drogas (DARE, 2019c).

2.1 HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA NORTE-AMERICANO

Conforme Melo (2018), devido ao aumento do consumo de drogas nos Estados Unidos da América durante a década de 1970 e início dos anos 1980, e compreendendo que somente a aplicação das leis não seria suficiente para diminuir os problemas sociais relacionados ao uso e abuso de drogas, surgiu uma parceria entre o então Chefe do Departamento de Polícia de Los Angeles, Daryl F. Gates, e o Superintendente do Distrito Escolar Unificado, Dr. Harry Handler, a qual lançou, em 1983, o *Drug Abuse Resistance Education* (DARE), um programa educacional de conteúdo preventivo direcionado à comunidade escolar, com o objetivo de prevenir o uso e o abuso de substâncias entre crianças e adolescentes (DARE, 2019d).

Diante da demanda por iniciativas preventivas direcionada à problemática das drogas em contexto escolar, a Administradora Curricular de Educação em

Saúde do Distrito Escolar Unificado de Los Angeles, Dra. Ruth Rich, desenvolveu o primeiro conteúdo, implementado como um currículo DARE, com 17 (dezessete) lições direcionadas a crianças do Ensino Fundamental, na faixa etária dos 9 aos 11 anos. O currículo enfatizava informações específicas sobre drogas e seus efeitos negativos, orientando-se, no que se refere à prevenção de drogas, pelos fundamentos epistemológicos vigentes à época (DARE, 2019d).

Como diferencial, diante de outros programas de prevenção às drogas, os policiais ostensivos da polícia de Los Angeles foram capacitados para ensinar os currículos DARE, por meio de uma abordagem mais humana e comunitária às ações de prevenção de drogas nas escolas (DARE, 2019d).

Com o aumento da demanda por ações de prevenção nas escolas e diante da constatação de que os professores regentes não tinham nenhuma formação sobre como orientar ou ministrar aulas sobre prevenção às drogas, e, ainda, com a possibilidade de multiplicar a formação dos policiais por meio de outros policiais já capacitados para atender à demanda, o recém-desenvolvido currículo DARE logo foi reconhecido como uma alternativa viável de atuação preventiva nas escolas, o que resultou na rápida adoção e expansão dele em todo o país (DARE, 2019d).

Com isso, surgiu o modelo de treinamento/formação DARE e, em 1989, foi fundada a DARE América, uma organização sem fins lucrativos (ONG), para supervisionar o desenvolvimento de currículos, promover a expansão, o controle e a qualidade do programa, bem como apresentar resultados e prestar contas (DARE, 2019d).

Durante os anos 1990, com o avanço das pesquisas e dos estudos avaliativos no campo da prevenção e do uso de drogas, a DARE América instituiu um Conselho Consultivo Científico (SAB), composto por especialistas de renome no campo do abuso de drogas, que, por meio de pesquisadores independentes, produziu algumas avaliações sobre o impacto do currículo de 17 (dezessete) lições e constatou o pífio impacto a longo prazo (DARE, 2019d), o que corroborou com as preocupações e com os apontamentos já mensurados pela comunidade acadêmica.

Porém, no início dos anos 2000, alguns departamentos de polícia, por orientação do Congresso Americano, convocaram apoiadores e críticos do programa para uma série de audiências públicas com instituições ligadas ao sistema de educação e justiça do país, o que possibilitou o envolvimento de outras

instituições e especialistas ligados a áreas de pesquisa, financiamento e saúde, com a incumbência de desenvolver um novo currículo de prevenção, a ser implementado pelos policiais associados ao DARE América. Em contrapartida, por meio do Conselho Consultivo Científico, o DARE assumiu a supervisão do projeto e ampliou o quadro de pesquisadores, bem como a atuação em áreas específicas de especialização em pesquisa (DARE, 2019d).

O resultado do projeto foi a criação do currículo denominado *Take Charge of Your Life* (TCYL) e, a partir da aplicação dele, foi possível a realização de um grande estudo randomizado envolvendo mais de 17.000 (dezesete mil) alunos do 7º ao 9º ano (DARE, 2019d).

No entanto, Caputi e McLellan (2017) ressaltam que os resultados avaliativos do currículo TGYL não foram adequados, inclusive constatam indícios de efeito iatrogênico, devido ao aumento do consumo subsequente de drogas e de álcool entre os estudantes que participaram do programa.

Porém, o mesmo estudo concluiu que policiais devidamente capacitados podem contribuir efetivamente com currículos de prevenção em ambiente escolar, devido à percepção positiva dos alunos em relação à credibilidade do policial ao tratar do tema (DARE, 2019d).

Admitindo que o programa não estava atingindo os resultados desejáveis e diante de uma série de questionamentos, inclusive de instituições governamentais sobre a efetividade dos currículos DARE, e orientando-se por sugestões de cientistas comportamentais ligados à área de prevenção e saúde, Frank Pegueros, Presidente & CEO do DARE América, em meados dos anos 2000, iniciou, por meio do Conselho Científico do DARE América, uma busca por um novo currículo, a partir de outros programas já existentes, baseados em evidências científicas e registrados no Ministério da Saúde dos Estados Unidos (MELO, 2018).

O currículo escolhido foi o *Keepin' it REAL* (KiR), traduzido e lançado no Brasil com o nome "Caindo na REAL". Após a definição do modelo curricular, desenvolvido por cientistas da Universidade Estadual da Pensilvânia e da Universidade Estadual do Arizona, no fim dos anos 80 e início dos anos 90, com financiamento do Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas dos EUA, os pesquisadores do DARE e os idealizadores do *KiR*, Dr. Michael Hecht e Dra. Michelle Miller-Day, iniciaram o processo de composição e adaptação dos

conteúdos do DARE para o modelo *Keepin' it REAL*, o que promoveu uma “dareficação” do currículo e atribuiu um valor científico ao programa (DARE, 2019d).

Com isso, mudanças significativas foram implementadas na metodologia de aplicação dos currículos DARE, o que tornou o ensino mais interativo e focado na facilitação e no papel do policial facilitador; com isso, organizou-se os alunos de forma a atuarem, na maior parte do tempo, em pequenos grupos de aprendizagem cooperativa, para exercitar os modelos do programa em situações propostas, com a intencionalidade de desenvolver competências capazes de mantê-los seguros e para agirem positivamente frente a situações de risco (DARE, 2019d).

Nesse sentido, Melo (2018) afirma que o novo formato dos currículos permitiu uma redução no tempo de fala dos instrutores – que passaram a ter cerca de oito minutos – e mais tempo para as interações e a realização de atividades propostas.

Com o trabalho de reformulação e de adaptação, o currículo DARE / *Keepin' it REAL*, destinado aos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental, foi aplicado, pela primeira vez, em 2009, enquanto o currículo DARE / *Keepin' it REAL*, destinado aos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, foi aplicado, inicialmente, em 2013 (DARE, 2019d).

No ano de 2016, o DARE América formalizou uma parceria com a Universidade da Carolina do Norte para desenvolver um novo currículo para o Ensino Médio, dividido em três (03) módulos independentes, para possibilitar aos educadores opções flexíveis e econômicas para capacitar os alunos com conteúdo e ferramentas capazes de conduzi-los ao exercício de decisões seguras e responsáveis (DARE, 2019d).

Em 2017, devido a uma crise de consumo de opiáceos e ao uso indevido de medicamentos prescritos e não prescritos, associados ao aumento progressivo de mortes por overdose pelo uso dessas substâncias, o DARE iniciou o desenvolvimento de uma lição suplementar sobre a prevenção do abuso de medicamentos e drogas por opiáceos, lançada durante a 32ª Conferência Internacional do DARE, realizada em 2018 (DARE, 2019d).

2.2 CRÍTICAS AO PROGRAMA NORTE-AMERICANO

Segundo Nordrum (2014), originalmente, os currículos DARE foram desenvolvidos por policiais e professores de instituições de Ensino Fundamental da cidade de Los Angeles, com o objetivo de diminuir a demanda pelo consumo de drogas, bem como implementar uma política de proximidade entre a comunidade e a polícia.

No entanto, com a rápida expansão do programa nos EUA e em diversos outros países, as críticas da comunidade científica aos conteúdos e às metodologias foram contundentes por mais de uma década, principalmente em relação à eficácia (LOPES, 2019).

Em 2009, conforme Nordrum (2014), após sucessivas críticas e avaliações negativas sobre o impacto do programa, inclusive financiadas por instituições governamentais, que ressaltavam os resultados inócuos frente ao público atendido, Frank Pegueros, atual Presidente & CEO da DARE América, declarou, em interação com outros policiais, que:

“Trinta anos atrás, todos acreditavam que, se você dissesse aos estudantes como essas substâncias e comportamentos eram prejudiciais, eles ficariam longe deles”, diz Frank Pegueros, presidente e CEO da DARE América. “Você quer dizer que eu estava fazendo errado por 15 anos? Evidentemente, nós estávamos!”. (PEGUEROS, 2009 *apud* NORDRUM, 2014).

Atualmente, a DARE América assegura que os conteúdos do programa são desenvolvidos com base em evidências científicas e passam por constantes atualizações, inclusive pela necessidade de promover um certo controle metodológico sobre os países que, atualmente, aplicam os currículos (DARE, 2019).

No entanto, diversos estudos longitudinais sobre DARE são desenvolvidos nos EUA, para avaliar e relacionar os conteúdos promovidos pelo programa com indicadores de impacto. Esses estudos, geralmente, procuram mensurar o comportamento dos estudantes que participaram do programa, comparando-os com outros que não participaram, considerando um conjunto de habilidades que o programa busca promover para capacitá-los a resistir ao uso e abuso de drogas, tais como: informações sobre drogas; atitudes em relação ao uso de drogas; habilidades sociais; autoestima; resistência à pressão do grupo e uma nova

percepção em relação à polícia (PINC; PRÖGLHOF; BECSI, 2016 *apud* BRASIL, 2016, p. 183).

Nesse sentido, Caputi e McLellan (2017, p. 56) fazem a seguinte recomendação “Somente através de estudos randomizados realizados por pesquisadores independentes, podemos confirmar que os programas KiR DARE e KiR DARE Elementary são eficazes para o público nacional que o DARE atende”.

Para Ennet *et al.*, (1994), West e O’ Neal (2004), Caputi e McLellan (2017 *apud* GARCIA, 2018, p. 93), os currículos DARE, apesar das constantes reformulações, não apresentam efetividade comprovada, mesmo após 25 anos das primeiras avaliações com resultados negativos.

Após a análise e a revisão sistemática de diversos estudos, Caputi e McLellan (2017) constataram resultados inconsistentes para inferir a eficácia do programa e sinalizaram ressalvas quanto às atualizações e adaptações do modelo original *Keepin’ it REAL* (KiR), reconhecido como um programa baseado em evidências, para a versão *Keep it REAL / DARE*, destacando que a adaptação “*DARE-ify*” pode não ter considerado aspectos sociais e metodológicos relevantes para a transmissão da classificação “baseado em evidências” para os currículos DARE, o que resultou em novos questionamentos a respeito da eficácia, adequação e prevalência nas escolas americanas.

Três estudos analisados por Caputi e McLellan (2017) inferem que as adaptações do KiR para os conteúdos do currículo DARE destinado aos alunos do 5º do Ensino Fundamental tiveram resultados inócuos e até mesmo contraproducentes.

Outra relação de resultados destacada por Caputi e McLellan (2017, p. 55), entre as adaptações do KIR, foi descrita da seguinte forma:

A pesquisa também descobriu que uma adaptação de KiR para alunos do ensino fundamental não teve sucesso em reduzir o uso de substâncias. A implementação do programa de KiR apenas no 5º ano foi ineficaz, e a implementação do programa de KiR no 5º e 7º ano não foi tão eficaz quanto a implementação do programa de KiR apenas no 7º ano.

Já o Escritório das Nações Unidas para as Drogas e o Crime (UNODC) classifica, enfaticamente, o DARE como um programa sem efetividade e não recomenda a adoção de programas análogos baseados apenas na transmissão de

informação sobre as drogas, em juízos morais e na elevação de sentimentos de medo sobre o uso de drogas (GARCIA, 2018).

Por fim, McKay *et al.* (2018 *apud* GARCIA, 2018, p. 93) relacionam o DARE a programas desenvolvidos em larga escala e sem efetividade e condicionam a continuidade dele nos Estados Unidos à consonância com narrativa hegemônica da guerra às drogas, à aproximação estabelecida entre escolas e forças de segurança e à ausência de outros programas de prevenção.

3. O PROERD

O Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) consiste em um esforço cooperativo entre Polícia Militar, escola e família, com o objetivo de capacitar crianças e adolescentes para conduzirem as próprias vidas priorizando escolhas seguras e responsáveis. Para tanto, são desenvolvidas diversas atividades educacionais em sala de aula, onde o policial, devidamente capacitado, desenvolve estratégias com foco na formação de bons cidadãos, capazes de resistir à oferta de drogas e à prática de atos de violência (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2019).

Segundo informações referentes ao Proerd contidas na página da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), as atividades desenvolvidas buscam incluir toda a comunidade escolar, promover espaços de diálogos e reflexões diante da problemática das drogas, possibilitar reforço no desenvolvimento da cidadania, objetivo inerente ao projeto pedagógico da escola e previsto na LDB, art. 2º, com a seguinte redação:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

Já os objetivos específicos do programa, também apresentados na página da Polícia Militar de Minas Gerais, incluem:

- Desenvolver nos jovens estudantes habilidades que lhes permitam evitar influências negativas em questões afetas às drogas e à violência, promovendo os fatores de proteção.
- Estabelecer relações positivas entre alunos e policiais militares, professores, pais, responsáveis legais e outros líderes da comunidade escolar.
- Permitir aos estudantes enxergarem os policiais militares como servidores, transcendendo a atividade de policiamento tradicional e estabelecendo um relacionamento fundamentado na confiança e humanização.
- Estabelecer uma linha de comunicação entre a Polícia Militar e os jovens estudantes.

- Abrir um diálogo permanente entre a "Escola, a Polícia Militar e a Família", para discutir questões correlatas à formação cidadã de crianças e adolescentes.

Segundo informações obtidas com a Coordenação do Proerd da PMDF, contidas no *portfólio* do programa, o público-alvo refere-se a alunos que estejam cursando a Educação Infantil e as séries iniciais do Ensino Fundamental, do 1º ao 4º ano, e alunos do 5º e 7º ano do Ensino Fundamental, tanto da rede pública como particular, bem como os pais e os responsáveis legais que tenham interesse em realizar o Curso Proerd para Pais.

A metodologia aplicada na formulação dos currículos Proerd fundamenta-se na Teoria de Aprendizagem Socioemocional (*Socio-Emotional Learning Theory - SEL*), que identifica as habilidades básicas e fundamentais e os processos de desenvolvimento do indivíduo, imprescindíveis à promoção da saúde, que incluem: o autoconhecimento e autogerenciamento; a tomada de decisão responsável; a compreensão dos outros (alteridade); as habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal; e o lidar com desafios e responsabilidades. Assim, ajuda os jovens a controlar impulsos e a pensar sobre riscos e consequências, o que resulta em escolhas mais seguras e saudáveis (CLAYTON, 2019).

Dessa forma, o currículo aplicado no 5º ano do Ensino Fundamental busca o desenvolvimento de quatro habilidades básicas promovidas pelo emprego do Modelo de Tomada de Decisão Proerd (MTDP), o qual se fundamenta na necessidade de promover habilidades sociais capazes de instrumentalizar as crianças para que, diante de situações de pressão e conflito, optem por atitudes seguras e responsáveis (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2015).

A seguir, apresento o quadro 01, com o Modelo de Tomada de Decisão Proerd, adaptado do Livro de estudante Proerd – Currículo “Caindo na REAL” para o 5º ano do Ensino Fundamental:

Quadro 01

MODELO DE TOMADA DE DECISÃO PROERD	
Defina	- Descreva o problema, desafio ou oportunidade.
Análise	- Pense nas dificuldades e opções. - Pense nos prós e contras de cada opção.
Atue	- Faça uma escolha, usando os fatos e as informações que você observou nas opções. - Tome uma decisão.
Avalie	- Você fez uma boa escolha? - Como você sabe? - Você tomaria a mesma decisão novamente?

Fonte: Livro de estudante Proerd (2017).

O currículo é aplicado em dez lições, organizadas em um processo de escalonamento ascendente (andaime), que trabalha conteúdos sobre responsabilidade, tomada de decisão, informações sobre drogas, riscos e consequências, entre outros, o que permite aos alunos desenvolverem, de forma autônoma e reflexiva, soluções para diversas situações no próprio contexto social (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2015).

A seguir, no quadro 02, apresento a tabulação dos conceitos das lições do currículo “Caindo na REAL” para o 5º ano do Ensino Fundamental:

Quadro 02

CONCEITOS	LIÇÕES									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Responsabilidade	X	X	X	X	X	X			X	X
Tomada de decisão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Informações sobre drogas		X	X							X
Riscos e consequências			X	X				X	X	X
Pressão dos colegas				X	X	X			X	X
Tensão					X	X		X	X	X
Comunicação confiante						X	X	X	X	X
Comunicação não verbal							X	X	X	X
Escuta Ativa							X	X	X	X
<i>Bullying</i>								X	X	X
Ajudando os outros									X	X
Obtendo ajuda										X

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais - Coletânea de Manuais Proerd (2015).

O currículo está alinhado aos padrões técnicos da educação e fornece um ambiente favorável à educação de qualidade em sala de aula, ao trabalhar competências e habilidades fundamentais relacionadas à leitura, escrita, fala e escuta, de forma responsável e objetivando as metas de prevenção (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2015).

Quanto ao currículo para adolescentes, destinado a alunos do 7º ano do Ensino Fundamental, os conteúdos permitem que estes desenvolvam formas de comunicação protetivas e resistentes diante de situações de risco. Utilizando, além do modelo de tomada de decisão, quatro estratégias estabelecidas no acróstico “REAL”, que é a mensagem central do currículo, ensina os jovens quatro maneiras efetivas de recusar a oferta de drogas: “**R**ecusar, **E**xplicar, **A**bster-se e **L**ivrar-se”. (BRASIL, 2013).

Para tanto, o currículo é aplicado em dez lições, as quais proporcionam a formação de “habilidades de resistência, avaliação de riscos, tomada de decisões, suporte social e resolução de conflitos”, além de esclarecer questões legais e de condutas diante da problemática das drogas (BRASIL, 2013).

No quadro 03, apresento a ênfase dos conteúdos, por lição, do currículo “Caindo na REAL” para o 7º ano do Ensino Fundamental:

Quadro 03

Currículo Proerd <i>Caindo na REAL</i> Ênfase do conteúdo por lição							
Lição	Habilidades de Comunicação	Habilidades de Resistência	Consequências	Crenças do Senso Comum	Competência Social	Tomada de Decisões	Pensamento Crítico
1: Opções e escolhas	X	X	X		X	X	X
2: Riscos	X		X	X		X	X
3: Comunicação e conflito	X	X	X		X	X	X
4: Recusar	X	X	X		X	X	X
5: Explicar	X	X	X		X	X	X
6: Abster-se	X	X	X		X	X	X
7: Livrar-se	X	X	X		X	X	X
8: Senso comum	X	X		X	X	X	X
9: Sentimentos	X	X	X		X	X	X
10: Redes de suporte	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais - Coletânea de Manuais Proerd (2015).

Como mencionado, no *portfólio* do programa, existem currículos específicos para a Educação Infantil e as séries iniciais, do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental, e para o curso Proerd para pais e responsáveis. No entanto, esses conteúdos não serão detalhados neste trabalho.

Assim, os currículos apresentados possuem características essencialmente preventivas, associadas à estratégia de proporcionar à comunidade escolar condições de modificar os fatores ambientais e comportamentais que podem contribuir para o uso e abuso de drogas (BRASIL, 2013).

Portanto, o Proerd é mais um fator de proteção desenvolvido pela Polícia Militar, com foco na valorização da vida e no fortalecimento de uma cultura de paz, a fim de contribuir para uma sociedade mais saudável e feliz (BRASIL, 2013).

3.1 HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL

Conforme Melo (2018), as atividades do Proerd foram iniciadas no Brasil em 1992, após uma parceria entre o Consulado dos Estados Unidos e a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), a qual possibilitou a capacitação de 29 policiais da PMERJ em um curso de 80 horas, promovido por instrutores do DARE América.

Com o sucesso da implementação do programa no Rio de Janeiro, passou a ser adotado em outros estados. Atualmente, é o programa de prevenção às drogas de maior abrangência do país, executado por todas as polícias militares (MELO, 2018).

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) teve conhecimento do programa em 1998, quando enviou 04 (quatro) policiais lotados no então Batalhão Escolar para participarem do Curso de Formação de Instrutores do Proerd realizado em São Paulo. Com o retorno dos policiais, após as considerações positivas sobre os objetivos e os conteúdos do programa, e visando à aplicação no Distrito Federal (DF), o Batalhão Escolar promoveu o Primeiro Curso de Formação de Instrutores do Proerd, realizado no período de 27/7 a 7/8 de 1998, ministrado por Oficiais da Polícia do Estado de São Paulo, e que aprovou 27 instrutores, o que tornou o Distrito Federal a terceira unidade da federação a multiplicar os conteúdos do programa (PMDF, 2001?).

Também em 2001, o Proerd foi institucionalizado pelo Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (CNCG) e passou a compor uma de suas câmaras técnicas (PINC; PRÖGLHOF e BECSI, 2016 *apud* BRASIL, 2016, p. 191).

Já em meado de 2002, segundo Brito (2018), o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) editou a Resolução CONAD n. 25, de 20 de dezembro de 2002, que definiu, no art. 1º, o Proerd como parceiro estratégico para as ações de prevenção primária, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad.

Durante os anos 2000, as polícias militares dos estados passaram por processos de regulação e institucionalização do programa por meio de portarias e leis estaduais. No Distrito Federal, a Portaria PMDF n. 539, de 04 de dezembro de

2006, instituiu e regulamentou o Programa na PMDF (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2006).

No ano seguinte, a Lei Distrital n. 3.946, de 12 de janeiro de 2007, dispôs sobre a criação do programa no âmbito do Distrito Federal e deu outras providências (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2007).

Desde a implantação do Distrito Federal, conforme dados cedidos pela Coordenação Proerd-DF (2019b), foram realizados 14 (quatorze) Cursos de Formação de Instrutores pelo Centro de Treinamento DARE/Proerd-DF, os quais habilitaram, aproximadamente, 330 (trezentos e trinta) policiais militares.

O Curso de Formação de Instrutores Proerd tem duração de 80 horas e segue a estrutura, a metodologia e os conteúdos definidos nas normas do DARE, com o objetivo de capacitar policiais militares para desempenhar as funções inerentes à ampliação dos currículos Proerd (COORDENAÇÃO PROERD-DF, 2019c).

Os cursos de formação só podem ser realizados pelos Centros de Treinamentos DARE/Proerd (CTs), os quais são autorizados e estruturados conforme as Políticas e os Procedimentos do DARE América, que, por sua vez, estabelecem normas que definem padrões para os CTs, com o objetivo de garantir a fidelidade, integridade e continuidade dos currículos, conforme os modelos originais, bem como assegurar a qualidade nos processos formativos do Programa (MELO, 2018).

Atualmente, existem sete Centros de Treinamento no Brasil, sendo que cinco estão com as chancelas atualizadas para multiplicar, de forma autônoma, os conteúdos formativos do DARE. São eles: CT/Proerd-MG; CT/Proerd-SC; CT/Proerd-RJ; CT/Proerd-RN e CT/Proerd-SP. Os CTs Proerd do DF e do RS estão em processo de planejamento para a obtenção da renovação das respectivas chancelas (MELO, 2018).

Os critérios de obtenção e de renovação da chancela que autoriza o funcionamento de CTs no Brasil são definidos nas normas do DARE (DARE, 2019e).

Desse modo, e considerando as diversas normas estabelecidas para os Centros de Treinamento, vale destacar, segundo Melo (2018, p .7), que:

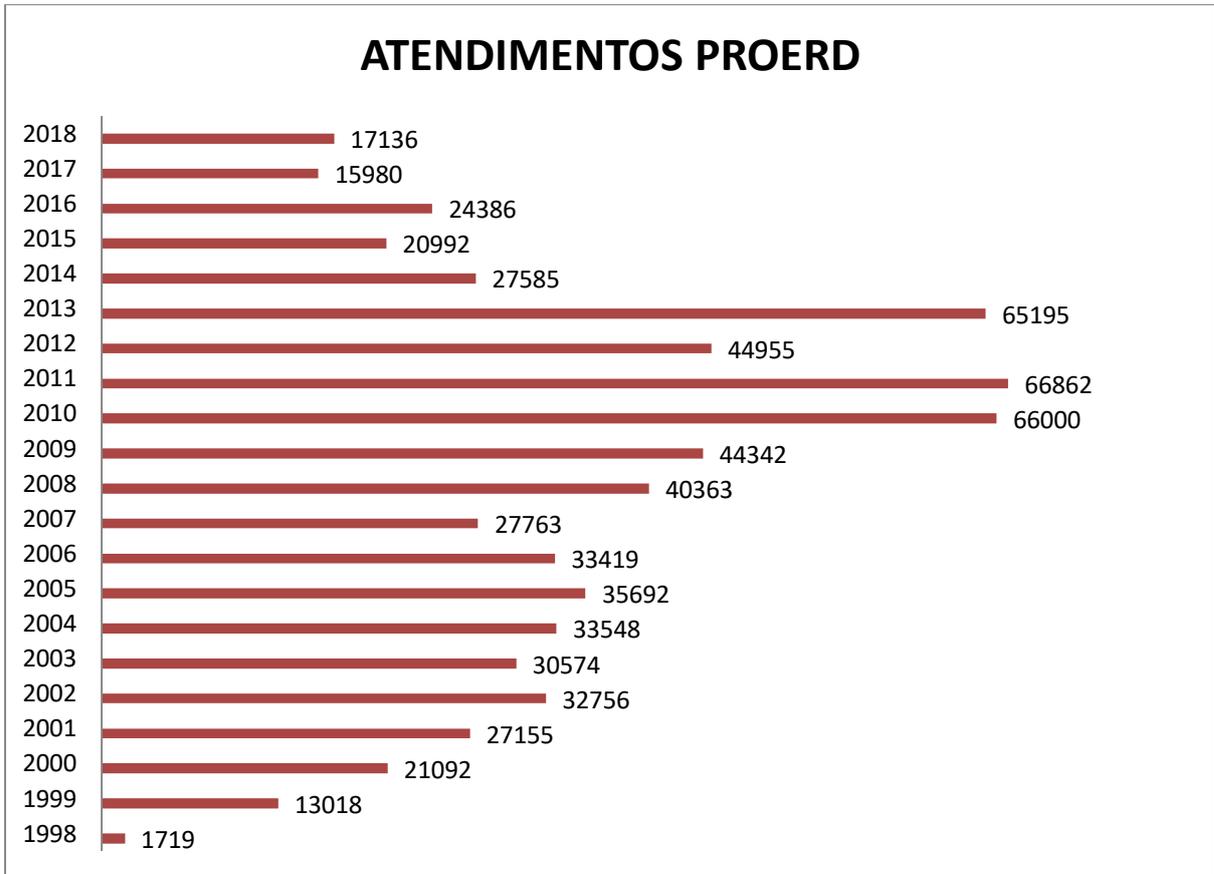
- somente os Centros de Treinamento reconhecidos e chancelados pelo D.A.R.E. International estão autorizados a conduzir atividades de treinamento relacionadas ao programa D.A.R.E./Proerd;
- os Centros de Treinamento devem garantir que todo treinamento ofertado possa preparar efetivamente os policiais do Proerd para aplicar os currículos, e deve assegurar que sejam preservadas a integridade (fidelidade ao modelo de treinamento e método de aplicação dos currículos) e a continuidade do programa;
- o D.A.R.E. International manterá um processo formal de monitoramento e credenciamento dos Centros de Treinamento Internacionais, por meio de visitação e observação presencial, sendo essa supervisão obrigatória para o regular credenciamento, correndo as despesas com essa atividade por conta do Centro de Treinamento solicitante da chancela ou da renovação de chancela.

Assim, de acordo com Melo (2018), cabe aos Centros de Treinamento capacitar os Instrutores Proerd, por meio de própria equipe, composta por policiais mais experientes na aplicação do programa, os quais são habilitados e credenciados como multiplicadores (mentores e facilitadores) do Proerd, sempre sob atuação e supervisão de pedagogos.

Por fim, segundo dados cedidos pela Coordenação Proerd-DF (2019a), em 20 anos de atuação, o programa formou, aproximadamente, 690.500 crianç as e adolescentes e consolidou a imagem e a relevância do trabalho, firmando a responsabilidade social como uma a o de proximidade, seguranç a pública e fonte de orientações e estratégias de prevenção ao uso de drogas.

A seguir, no quadro 04, constam dados anuais de atendimento do Proerd, considerando todos os currículos aplicados por ano:

Quadro 04



Fonte: Coordenação Proerd-DF (2019).

3.2 CRÍTICAS AO PROGRAMA BRASILEIRO

Conforme as Normas Internacionais Sobre a Prevenção do uso de Drogas do UNODC (2014, p. 25), as características associadas a nenhum ou a resultados negativos de prevenção são:

- Uso de métodos não interativos, como palestras, como uma estratégia básica de aplicação do programa.
- Entregar somente as informações, despertando medo.
- São baseados em sessões de diálogo desestruturadas.
- Concentram-se apenas na construção da autoestima e educação emocional.
- Abordam somente a tomada de decisão moral/ética ou de valores.
- Incluem a participação de ex-usuários de drogas com depoimentos.
- Utilizam guardas policiais para aplicar o programa.

A referência sobre o emprego de “guardas policiais” infere uma crítica indireta ao Proerd. No entanto, a mesma publicação, ao apresentar as características associadas a resultados positivos de prevenção, menciona diversas características que podem ser atribuídas aos atuais currículos aplicados pelo Proerd.

Porém, Melo (2017 *apud* GARCIA, 2018, p. 93) menciona que o Proerd foi implantado no Brasil de forma descentralizada, por iniciativa das Polícias Militares em um contexto latente de guerra às drogas nos EUA e contando com recursos do Ministério da Justiça e de emendas parlamentares, o que dificultou a existência de dados sistematizados sobre o programa. O autor ainda ressalta, de forma pontual, os investimentos no Proerd, em Minas Gerais, entre 2002 e 2016, que chegaram a R\$ 5,3 milhões, atendendo, aproximadamente, 240 mil alunos por ano, para levantar a questão dos custos e dos investimentos públicos e privados na manutenção do programa.

Para Johnson (2008 *apud* GARCIA, 2018, p. 93), não existem, no Brasil, avaliações consistentes sobre a efetividade do programa. Já Garcia (2018) afirma que as pesquisas sobre o Proerd são oriundas de monografias, nas quais há relatos de experiências locais ou de estudos realizados pelas polícias militares, o que compromete a confiabilidade e a imparcialidade das metodologias e dos resultados, no sentido de refletir sobre o real impacto do programa como política de prevenção às drogas.

Nesse sentido, a hipótese central de uma pesquisa realizada por Pinc, Pröglhof e Becsi (2014 *apud* BRASIL, 2016, p. 183) sustenta que o Proerd atende aos interesses dos atores envolvidos (escola, família e Polícia Militar) e menciona que a ausência de pesquisas de impacto não permite inferir se o público-alvo do programa está sendo beneficiado e se o objetivo do programa, como política de prevenção às drogas, é atingido. Os resultados da citada pesquisa ainda destacam que tais atores, quando questionados sobre a efetividade e a importância do programa, apontam para índices superiores a 90%, mas sem o programa apresentar evidência concreta de efetividade.

Ainda para Pinc, Pröglhof e Becsi (2014 *apud* BRASIL, 2016, p. 209), especificamente no que diz respeito à Polícia Militar e aos vários objetivos definidos para a aplicação do programa, dentre eles a prevenção ao uso de drogas e uma subjacente melhoria da imagem da instituição, com a ausência de critérios mínimos

de mensuração e avaliação, torna-se difícil analisar a eficiência do Proerd. Contudo, segundo as análises realizadas pelo autor, a família, a escola e os policiais instrutores têm os interesses atendidos.

Um possível indício que poderia mensurar enfaticamente a eficácia do programa foi considerado por Massardi e Silva (2013 *apud* GARCIA, 2018, p. 185), os quais analisaram o envolvimento, em atividades criminosas, de alunos formados pelo Proerd e de não formados, residentes na cidade de Ubá, Minas Gerais. Os resultados demonstraram que alunos não formados pelo Proerd tiveram maior envolvimento em crimes relacionados, principalmente, à lesão corporal/agressões e ao tráfico/uso de drogas. No entanto, a metodologia utilizada não permitiu o controle de outros fatores que poderiam influenciar nos resultados, o que inviabiliza a afirmação de que o programa mantém os alunos distantes da criminalidade. Por fim, os autores ainda salientam que esse não é o objetivo principal do programa.

No mesmo sentido, uma pesquisa realizada por Brito (2018), na cidade de Goiânia, com 620 (seiscentos e vinte) ex-alunos, cerca de 10 anos após terem participado do programa, identificou que 98,1% dos ex-alunos Proerd não possuíam registros de crimes ou problemas com a Justiça Penal. Porém, a pesquisa não menciona a existência de um grupo de controle, o que compromete qualquer afirmação sobre os resultados, considerando que, genericamente, em uma determinada comunidade, 98% das pessoas não têm nenhum envolvimento com a criminalidade, dado que infere um caráter inócuo aos resultados da pesquisa (BRASIL, 2013b, p. 85).

Considerando a realidade do programa no Distrito Federal e reiterando a importância de processos de avaliação e possíveis demandas institucionais, segundo informações cedidas pela Coordenação Proerd-DF (2016), e conforme recomendações contidas em relatório da Subsecretaria de Controle Interno da Controladoria-Geral do Distrito Federal, oficiado ao Comando da Corporação, sob o nº 647/2016-GAB/SSP-SUAG, e remetido ao Centro de Políticas Públicas para providências cabíveis, compete à PMDF:

Institucionalizar metodologias de avaliação da qualidade dos serviços inerentes às ações de Polícia Comunitária e Direitos Humanos, inclusive quanto aos projetos ou programas sociais desenvolvidos no âmbito dessa Corporação, definindo metodologias baseadas em critérios objetivos, coleta periódica de informações e produção de indicadores dos serviços prestados.

Enfim, na realidade brasileira, os programas de prevenção ao uso de drogas aplicados em contexto escolar necessitam de aperfeiçoamento e fundamentações baseadas em boas práticas e evidências científicas. Diante dessa realidade, é fundamental que os gestores escolares implantem ações eficazes de prevenção às drogas, alinhadas com a proposta pedagógica de cada instituição de ensino (PEREIRA E SANCHEZ, 2018).

4. O PAPEL DA GESTÃO NA CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE IMPACTO

Segundo Ximendes (2014), diversas ações de prevenção ao uso de drogas partem de iniciativas definidas como políticas públicas de prevenção às drogas. No entanto, para compreender a importância delas, é necessário entender o conceito de “políticas públicas”.

Para tanto, Souza (2006, p. 26) sintetiza a definição de política pública da seguinte forma:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

No mesmo sentido, faz-se necessário encarar a questão das drogas como um problema público e de grande impacto social no que tange, principalmente, à saúde e à segurança pública, considerando a definição de problema público apresentada por Secchi (2010, p. 34) como: “a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível”.

Assim, compreendendo o Proerd como uma política já implantada, na busca por solucionar ou minimizar um problema público, pode-se considerar o eixo de prevenção da atual Política Nacional sobre Drogas (Pnad), associado ao ciclo de políticas públicas (figura 01), como marcos teóricos que fundamentam o monitoramento, o aprimoramento e a construção de indicadores de impacto baseados em evidências científicas, observando, para tanto, as especificidades do público-alvo, as vulnerabilidades e as diversidades culturais de determinados grupos sociais (BRASIL, 2019a).

Do mesmo modo, as ações de gestão do Proerd, enquanto políticas públicas de interesse social, estão atreladas às diretrizes da Pnad e devem incluir processos de avaliação permanente do programa, projetos, ações e iniciativas de prevenção (BRASIL, 2019a).

Como ilustração, a figura 01 apresenta o ciclo de políticas públicas proposto por Leonardo Secchi (2012).

Figura 01



Fonte: Adaptado de Secchi (2012).

Para Secchi (2014 *apud* ABAD, 2017, p. 171-173), as fases do ciclo de políticas públicas apresentado na figura 01 são descritas da seguinte forma:

- a) Identificação do Problema – “... Um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública”.
- b) Formação da agenda – “a agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes”.
- c) Formação de alternativas – “é o momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos. Um mesmo objetivo pode ser alcançado de várias formas, por diversos caminhos”.

- d) Tomada de decisão – “representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas”.
- e) Implementação – O autor menciona dois modelos de implementação de políticas públicas:

Modelo *top-down*: caracterizado pela separação clara entre o momento de tomada de decisão e o de implementação, em fases consecutivas. Esse modelo é baseado na distinção wilsoniana entre “Política e Administração” (WILSON, 1887), no qual os tomadores de decisão (políticos) são separados dos implementadores (administração). (SECCHI, 2014, p. 46).

Modelo *bottom-up*: caracterizado pela maior liberdade de burocratas e redes de atores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas. (SECCHI, 2014, p. 47).

- f) Avaliação – “é o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática”.
- g) Extinção – Pode ocorrer a partir de três causas: “o problema que originou a política é percebido como resolvido; os programas, as leis ou as ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes; ou o problema perdeu importância.”.

4.1 HIPÓTESES E METODOLOGIAS DE ESTUDO

A questão primordial deste estudo relaciona-se aos procedimentos de gestão adotados no primeiro semestre de 2018 pela Coordenação do Proerd/CPEsc, no sentido de promover condições para subsidiar futuras avaliações de impacto do programa, o que nos leva à hipótese base de que a existência de tais condições está condicionada à implementação de ferramentas de gestão que possibilitem a construção de um banco de dados perene, fidedigno e acessível.

Assim, com a implementação de um banco de dados, estudos comparativos associados ao programa Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida da SSP/DF poderiam ser realizados, considerando o impacto do Proerd no território atendido, bem como com outros modelos de gestão de dados adotados na segurança pública do Distrito Federal ou da própria Polícia Militar.

Portanto, os procedimentos metodológicos utilizados para a formulação deste trabalho estão condicionados à vivência do autor na Coordenação do Proerd por mais de 11 (onze) anos, como assistente administrativo, instrutor dos cursos de formação do programa, entre outras atividades institucionais.

Desse modo, como observador participante, conforme a metodologia de pesquisa social apresentada por Gil (2008), foram realizadas análises documentais e qualitativas dos procedimentos de gestão da Coordenação Executiva do Proerd/CPEsc por, aproximadamente, seis meses.

As informações documentais (relatórios, ofícios, planilhas, ordens de serviço, escalas, manuais, memorandos, entre outros) foram selecionadas, fotografadas e copiadas a partir dos arquivos e acervos do programa, bem como dos arquivos digitais lançados em sistema ou em *e-mail*, aos quais, como servidor, o autor desta pesquisa tem livre acesso.

Parte dos processos, das ferramentas e dos documentos de gestão citados neste trabalho e apensados e ele foi elaborada pelo autor, sob o comando e a orientação da Coordenação Executiva do Proerd/CPEsc, o que proporciona certo direcionamento para a formulação da descrição apresentada.

Devido às decisões da gestão do programa pela aplicação prioritária do currículo “Caindo na REAL” para o 5º ano no primeiro semestre de 2018, e considerando a grande demanda para o conteúdo, as observações e as análises documentais para efeito deste trabalho prevalecerão sobre o currículo aplicado e o currículo “Caindo na REAL” para o 7º ano do Ensino Fundamental.

Outras coletas e análises aconteceram durante os meses subsequentes ao período de observação participante e foram consideradas, desde que relevantes, na construção deste trabalho.

4.2 PROCEDIMENTOS

Conforme preconiza a Portaria PMDF n. 1010, de 11 de agosto de 2016, que institui e regulamenta, na Polícia Militar do Distrito Federal, o Programa Educacional de Resistência às Drogas, em seu art. 4º, atribui ao Comando de Policiamento Escolar (CPEsc) a execução do programa e estabelece o núcleo de execução responsável pelas rotinas administrativas e gestão dos recursos humanos e

materiais do programa, lotado na Seção Operacional da Unidade. Tal fato se consolidou em meados de 2017, com a transferência de todo o efetivo de instrutores Proerd para o CPEsc. No entanto, permaneceram a Coordenação Geral e o Centro de Treinamento do Programa no Centro de Políticas Públicas (CPP), órgão de apoio e assistência direta e imediata ao Comando-Geral, com as atribuições definidas pelo Decreto n. 38.068, de março de 2017.

São competências do Centro de Políticas Públicas, definidas no art. 7º do Decreto n. 38.068, de março de 2017:

Compete ao Centro de Políticas Públicas planejar, coordenar, orientar e controlar as atividades relativas ao trato de políticas públicas no âmbito da corporação e assessorar o Comando Geral no desenvolvimento de programas sociais preventivos de segurança pública e na implementação e consolidação das políticas relacionadas, dentre outras, à igualdade racial e de gênero, à Agenda Ambiental e à filosofia de polícia comunitária e de direitos humanos. (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2017).

Com a mudança de Unidade Policial Militar (UPM), diante da nova estrutura administrativa, após a definição do efetivo disponível para o ano de 2018, foi elaborado um calendário de atividades para o Proerd e, informalmente, um plano de trabalho, sob o comando da CAP QOPM Rebeca Alves Amaral, Coordenadora Executiva Proerd/CPEsc, com o objetivo inicial de divulgar um novo *e-mail*, telefone e demais formas de acesso aos currículos do programa por parte da comunidade escolar do Distrito Federal.

Para ampliar a efetividade do processo de divulgação do programa, foi solicitado ao CPP material impresso para tal finalidade, sendo disponibilizados cartazes e *folders* com informações relevantes sobre o programa e as formas de acesso a ele.

Desse modo, em janeiro de 2018, foi elaborado e encaminhado um informativo para a Secretaria de Estado de Educação (SEE/DF), o qual deveria ser replicado para as unidades de ensino (Documento registrado no Processo SEI-GDF: 00054-00014028/2018-72).

Posteriormente, a fim de buscar subsídios para aprimorar o planejamento e definir os critérios de seleção das escolas, os currículos a serem aplicados e a carga horária do efetivo de instrutores do Proerd no atendimento às escolas, surgiu a

necessidade de mensurar a demanda existente e a capacidade de atendimento do programa diante dos recursos disponíveis.

Para tanto, a partir de dados fornecidos pelo Censo Escolar do Distrito Federal de 2016, disponível na página da SEE/DF, foi possível compilar o número de turmas do 5º e do 7º anos do Ensino Fundamental da rede pública de ensino. No entanto, devido à ausência de dados sobre a rede particular e diante da necessidade de divulgação utilizando o material disponibilizado pelo CPP, foi elaborada uma ordem de serviço pela Seção Operacional do CPESC (O.S. 30/2018 – SOP), para emprego do efetivo do programa, que, à época, contava com 21 (vinte e um) instrutores do Proerd, que foram escalados, para o período de 5 a 9 de fevereiro de 2018, com a missão de realizar um levantamento, em formulário próprio (cf. Apêndice A), com o propósito de coletar o número de alunos e de turmas do primeiro ao nono ano do Ensino Fundamental e do primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio das unidades de ensino particular cadastradas no *site* da SEE/DF.

Além da coleta de dados sobre a rede particular, os instrutores do Proerd entregaram *folders* e cartazes, que sanaram dúvidas sobre a proposta de atendimento com os currículos do Proerd para o ano letivo de 2018, e visitaram 786 unidades de ensino, entre instituições públicas e particulares.

A seguir, consta o quadro 05, que apresenta o número de escolas visitadas nas áreas de atuação dos Batalhões que compõem o CPESC.

Quadro 05

Batalhão	Escola Particular	Escola Pública	Quantitativo
1º BPEsc	59	72	131
2º BPEsc	34	120	154
3º BPEsc	155	159	314
4º BPEsc	56	136	187
Total	304	482	786

Fonte: PMDF – Coordenação Executiva Proerd/CPESC (2018).

Por conseguinte, foram identificadas, nas escolares particulares, 467 (quatrocentos e sessenta e sete) turmas de 5º ano, que, somadas às 1.374 turmas já contabilizadas pelo Censo Escolar (2016), definiu o universo possível de

demanda para o currículo de 5º ano, com aproximadamente 1.841 (mil, oitocentas e quarenta e uma) turmas.

Diante desses dados, foi possível estabelecer, de forma aproximada, as turmas passíveis de atendimento para 2018 em cada Região Administrativa (RA) e, com isso, definir a capacidade de atendimento, bem como elaborar estruturas de gestão e critérios mais equânimes de emprego dos recursos a partir da demanda protocolada de forma proporcional e capitalizada.

Para tanto, os ofícios recebidos antes do início das aulas foram protocolados na Secretaria do CPESC e lançados em planilhas, seguindo o critério de ordem de chegada, conforme a data do protocolo, e divididos por áreas de policiamento, observando o endereço contido no ofício.

Após o período de divulgação, que terminou no dia 22 de fevereiro de 2018, foram protocolados, na Secretaria do CPESC, 234 (duzentos e trinta e quatro) ofícios de escolas que solicitavam atendimento por meio dos currículos do Proerd, sendo 155 (cento e cinquenta e cinco) de escolas públicas e 86 (oitenta e seis) de escolas particulares.

Diante do quantitativo de solicitações, o comando da Unidade Policial Militar definiu um critério de distribuição entre escolas públicas e particulares e determinou que os recursos de atendimento seriam destinados da seguinte forma: 25% para escolas particulares e 75% para escolas públicas.

A seguir, consta o quadro 06, que apresenta o quantitativo de solicitações de escolas por área de policiamento.

Quadro 06

Batalhão	Quantitativo de Solicitações
1º BPEsc	47
2º BPEsc	39
3º BPEsc	106
4º BPEsc	50
Total	234

Fonte: PMDF – Coordenação Executiva Proerd/CPESC (2018).

As áreas de policiamento estão definidas no Plano de Comando do CPESC, consoante a estrutura estabelecida no Decreto n. 37.321, de 6 de maio de 2016, e formam 4 (quatro) Batalhões de Policiamento Escolar: 1º BPEsc; 2º BPEsc; 3º BPEsc e 4º BPEsc, compostos por, pelo menos, 06 (seis) Regiões Administrativas (RA). Desse modo, formam áreas de policiamento semelhantes ao previsto no programa “Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida”, da Secretaria de Segurança Pública (SSP/DF), o qual estabelece as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP).

A seguir, consta o Quadro 07, que apresenta as áreas de policiamento dos Batalhões subordinados ao CPESC.

Quadro 07

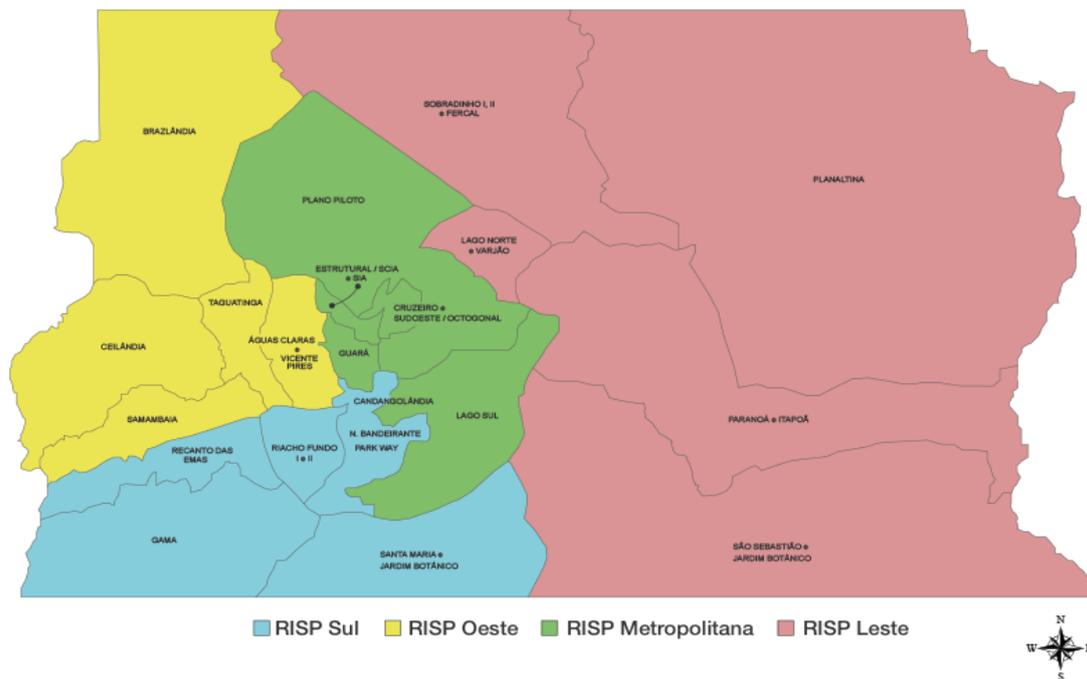
-	1º BPEsc (AISP METROPOLITANA)	2º BPEsc (AISP LESTE)	3º BPEsc (AISP OESTE)	4º BPEsc (AISP SUL)
R.A.	Brasília Guará Cruzeiro Lago Sul Vila Planalto Granja do Torto Sudoeste/Octogonal Park Way (Qds 04 e 05) e SCIA Estrutural e SIA Lago Norte e Varjão Vila Telebrasil Taquari Jardim Botânico	Paranoá Sobradinho I Sobradinho II Planaltina São Sebastião Itapuã Fercal	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Águas Claras Vicente Pires	Gama N. Bandeirante Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo I Candangolândia Riacho Fundo II Park Way (Qds. De 01 a 03 e de 06 a 29)

Fonte: PMDF – Seção Operacional - CPESC (2018).

As RISPs são áreas definidas com o objetivo de aumentar a capacidade de coordenação das ações de segurança, bem como a distribuição dos efetivos policiais e a otimização dos recursos (GDF, 2018).

A seguir, consta a figura 02, que apresenta as Áreas e Regiões Integradas de Segurança Pública.

Figura 02



Fonte: GDF – Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Tal distribuição foi aplicada com a intenção incipiente de gerar dados e criar condições que permitam futuras análises comparativas, a partir de estudos e pesquisas longitudinais, randomizadas e multicêntricas, utilizando dados da SSP/DF relacionados à questão das drogas e da violência escolar gerados nas AISPs. Com isso, serão permitidos a avaliação e o impacto do programa no território, antes e após a aplicação dos currículos do Proerd.

A seguir, consta a figura 03, com a apresentação de acesso aos dados referentes às naturezas criminais por RISP, entre 2014 e 2018, contidos no portal da SSP/DF.

Figura 03

RISP	Data da comunicação					
	Agregado*	2014	2015	2016	2017	2018
Leste						
Metropolitana						
Oeste						
Sul						

Fonte: GDF - Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

A seguir, consta a figura 04, destacando balanço criminal da RISP Leste, apresentando o comparativo mensal de 2018.

Figura 04

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO														
BALANÇO CRIMINAL REGIÃO INTEGRADA LESTE COMPARATIVO MENSAL 2018 - POR NATUREZA														
EXOS INDICADORES	NATUREZA	TOTAL	2018											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1. C.V.L.L. - CRIMES CONTRA A VIDA E A LIBERTADE INTENCIONAIS	HOMICÍDIO	137	13	20	11	10	14	10	8	8	8	18	6	11
	LATROCÍNIO	6		2		2							1	1
	LESÃO CORPORAL SEG. DE MORTE	4	1		1		1						1	
	1. TOTAL C.V.L.L.	147	14	22	12	12	15	10	8	8	8	18	8	12
2. C.C.P. - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	ROUBO A TRANSEUNTE	7003	560	524	618	675	666	638	555	596	472	622	568	509
	ROUBO DE VEÍCULO	699	60	67	54	66	62	52	54	61	60	53	65	45
	ROUBO EM TRANSPORTE COLETIVO	193	10	29	11	26	25	16	29	16	14	10	6	1
	ROUBO EM COMÉRCIO *	485	60	78	35	31	46	40	22	45	33	29	33	33
	ROUBO EM RESIDÊNCIA	159	12	14	20	20	15	12	10	13	13	6	15	9
	FURTO EM VEÍCULO	1031	115	78	90	73	85	71	93	95	89	86	78	78
2. TOTAL C.C.P.	9570	817	790	828	891	899	829	763	826	681	806	765	675	
TOTAL CRIMES (CVLI + CCP)		9717	831	812	840	903	914	839	771	834	689	824	773	687
3. OUTROS CRIMES	TENTATIVA DE HOMICÍDIO	292	22	32	35	28	19	22	18	14	24	31	24	23
	TENTATIVA DE LATROCÍNIO	54	10	3	7	3	5	2	5	5	2	3	6	3
	ESTUPRO	263	14	31	20	24	20	20	28	25	23	22	15	21
	FURTO A TRANSEUNTE	471	32	29	34	49	31	33	53	44	32	49	44	41
3. TOTAL OUTROS CRIMES	1080	78	95	96	104	75	77	104	88	81	105	89	88	
4. PRODUTIVIDADE POLICIAL	TRÁFICO DE DROGAS	738	71	53	72	68	61	60	61	62	60	63	62	45
	USO E PORTE DE DROGAS	1083	106	76	133	111	81	72	93	105	83	76	69	78
	POSSE/PORTE DE ARMA	416	25	30	46	41	36	33	41	32	37	30	37	28
	LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULO FURTADO OU ROUBADO	1175	88	106	122	114	112	76	88	97	74	106	108	84
4. TOTAL PRODUTIVIDADE POLICIAL	3412	290	265	373	334	290	241	283	296	254	275	276	235	

Fonte: GDF - Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Nessa tabela, destacam-se os dados sobre produtividade policial, no que se refere às naturezas criminais de tráfico de drogas e uso e porte de drogas, considerando o objetivo deste estudo como relevante para futuras análises comparativas de impacto nos territórios atendidos pelo Proerd.

Com tais definições, objetivos e diretrizes, a gestão executiva do programa, durante a semana pedagógica – evento de atualização e procedimentos administrativos realizado no período de 19 a 23 de fevereiro de 2018, que antecede, tradicionalmente, o início de cada ciclo de atendimento Proerd –, foi apresentado o quadro de distribuição e emprego do efetivo de instrutores do Proerd, utilizando cálculos matemáticos por meio de “regra de três simples”. Para tanto, foram observados os critérios já estabelecidos, o efetivo, a quantidades de viaturas (VTR) disponíveis, com ênfase na aplicação do currículo de 5º ano.

A seguir, consta a imagem 01, com a distribuição do efetivo Proerd para aplicação do currículo do 5º ano durante o primeiro ciclo (1º semestre) de 2018.

Imagem 01

<u>VPM</u>	<u>Turmas</u>	<u>%</u>		<u>INSTRUTORES</u>	<u>VTR</u>
1º BPEsc = 299	→ 16	→ 47	PA = 12 PU = 35	03	02
2º BPEsc = 385	→ 16	→ 61	PA = 15 PU = 46	04	04
3º BPEsc = 768	→ 16	→ 124	PA = 32 PU = 92	08	06
4º BPEsc = 389	→ 16	→ 62	PA = 15 PU = 47	04	03
TOTAL:	1841 ⇒ 100%	294	PA = 25% = 74 PU = 75% = 220	19	15

Fonte: PMDF – Coordenação Executiva Proerd/CPEsc (2018).

Desse modo, para atender a todas as turmas de 5º ano aferidas no levantamento – aproximadamente 1.841 turmas (100% da demanda) –, seriam necessários 115 (cento e quinze) instrutores, considerando que, por semana, cada

instrutor do Proerd atende 16 (dezesesseis) turmas. No entanto, no dia da distribuição, apenas 19 (dezenove) instrutores estavam disponíveis e aptos a aplicar o currículo.

Por outro lado, para atender aos critérios da proporcionalidade e da divisão equânime dos recursos entre os Batalhões do CPesc, foi calculado o percentual correspondente à capacidade de atendimento para o ciclo, considerando a demanda universal, a demanda protocolada, o número de instrutores disponíveis e a quantidade de turmas que poderiam ser atendidas no ciclo, o que resultou no percentual aproximado de 16,5%. Porém, para efeito de cálculo, o percentual foi arredondado para baixo e ficou em 16%.

Dessa forma, atribuiu-se às Regiões Administrativas os resultados do levantamento de turmas nas escolas particulares e os dados sobre turmas contidos no Censo Escolar (GDF, 2016), o que determinou a demanda universal e protocolada de cada BPEsc. E, assim, aplicando o percentual correspondente à capacidade de atendimento, foi possível definir o número de turmas a serem atendidas em escolas particulares e públicas, observando, respectivamente, o critério de 25% e de 75% dos recursos disponíveis.

Por fim, o número de turmas atendidas e a distribuição do efetivo foram proporcionais e condicionadas à demanda de turmas protocoladas em cada BPEsc, vinculada ao percentual referente à capacidade de atendimento.

A seguir, consta o quadro 08, com a formalização dos dados de atendimento e o emprego dos recursos por Unidade Policial Militar (UPM).

Quadro 08

UPM	Turmas protocoladas	Turmas atendidas	Escolas particulares	Escolas públicas	Número de Instrutores
1º BPesc	299	47	12	35	3
2º BPEsc	385	61	15	46	4
3º BPEsc	768	124	32	92	8
4º BPEsc	289	62	15	47	4

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao fim do ciclo, foram atendidos 5.766 alunos, com o currículo Proerd “Caindo na REAL” para o 5º ano, em 55 (cinquenta e cinco) escolas, das quais 14 (quatorze) eram particulares e 41 (quarenta e uma), públicas.

4.3 ANÁLISE DE RESULTADOS

Diante dos procedimentos de gestão e dos critérios adotados pela Coordenação Executiva do Proerd para a aplicação do programa, foi implantado, em meados do primeiro semestre de 2018, de forma incipiente, um projeto de avaliação de impacto do Proerd no Distrito Federal, considerando os atores envolvidos no planejamento e na aplicação do programa (instrutores, pais, alunos e professores), em parceria com uma equipe de servidores composta por analistas e pesquisadores da Subsecretaria de Gestão da Informação (SGI) da Secretaria de Segurança Pública (SSP/DF).

No entanto, durante as reuniões e atentando-se aos procedimentos metodológicos adotados pela equipe de pesquisadores, a Coordenação Executiva do Proerd/CPEsc apresentou algumas dificuldades e entraves administrativos referentes a coletas de informações, o que tornou evidente a escassez de dados fidedignos e sistematizados sobre os atendimentos realizados pelo programa nos últimos 20 anos.

Desse modo, além da proposta de avaliação de impacto solicitada pelo comando da UPM e diante das iniciativas de gestão implementada pela Coordenação Executiva do Proerd, apresentadas neste trabalho, solicitou-se à equipe de pesquisadores a elaboração de ferramentas de gestão que fomentassem um banco de dados perene e fidedigno para o programa.

Por conseguinte, após algumas reuniões e análises realizadas pela equipe de pesquisadores da SGI/SSP/DF, a síntese geral do Projeto de Avaliação do Proerd – 2018, destacou a seguinte situação:

[...] a partir de análise de documentos, artigos e outras fontes, foi possível mapear alguns pontos positivos e negativos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência conduzido pela Polícia Militar do Distrito Federal. Cabe destacar, a partir de tal análise, o baixo grau de organização da gestão do programa. Tal questão evidenciou-se pela falta de registros e informações sobre escolas, alunos, instrutores, palestras e outros fatores ligados ao Proerd durante seus 20 anos de funcionamento. Por conseguinte, o desenvolvimento e a aplicação de instrumentos para medir o impacto do programa em seu público-alvo ficam extremamente comprometidos. Um passo fundamental que pode ser dado, no sentido de reduzir esse problema, é o desenvolvimento de um sistema de gestão capaz de compilar todas informações, registros, dados e números relativos ao Proerd, além de otimizar a consulta, o planejamento e a organização dos instrutores em seu cotidiano de trabalho. Ademais, a falta de

continuidade do programa (pouca formação de alunos que passam por todos os currículos) também prejudica uma avaliação consistente. Após a superação dessas etapas, a realização de uma pesquisa longitudinal que concilia estudos quantitativos com estudos qualitativos torna-se viável e adequada. (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 1).

Com o andamento dos procedimentos metodológicos e levantamentos realizados pela equipe da SGI, foram apresentadas, pela Coordenação Executiva do Proerd, propostas de sistemas passíveis de adaptações, capazes de atender às demandas de gestão do programa, com as devidas adaptações. Entre eles, o Sistema Gênesis, desenvolvido e utilizado pela Polícia Militar do Distrito Federal para pesquisas e lançamento de dados referentes às ocorrências policiais, e o Sistema de Gestão do Proerd da Polícia Militar de Santa Catarina – SisProerd, criado em 2009 e atualizado em 2014 para a versão SisProerd 2.0, por meio do qual os instrutores do Proerd podem cadastrar os dados de todas as escolas e turmas com as quais estão trabalhando, promovendo atualizações constantes em um banco de dados.

Em 13 de novembro de 2018, o grupo de pesquisadores da SGI apresentou ao comando do CPESC os resultados da pesquisa amostral relativa aos atendimentos realizados no primeiro semestre. Porém, como os resultados dessa avaliação não compõem os objetivos deste trabalho, o documento não foi referenciado.

No entanto, vale considerar que os levantamentos de satisfação que envolvem, a curto prazo, os atores envolvidos na aplicação dos currículos Proerd apresentam, invariavelmente, índices favoráveis ao programa, como já mencionado neste estudo.

No início de 2019, a equipe da SGI apresentou uma proposta de ferramentas de gestão utilizando os sistemas do *Google*, orientando o seu uso e transmitindo o domínio dos recursos para a gestão do Proerd no CPP. Tal iniciativa está em processo de análise pela coordenação do programa, bem como as adaptações ao sistema Gênesis, com a intenção de aplicabilidade durante o segundo ciclo de atendimento Proerd, previsto para o início de agosto de 2019, o que dará início aos primeiros lançamentos em um banco de dados, almejado pelos integrantes da gestão do programa, ainda que de forma experimental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos leva sempre aos mesmos lugares, é o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-lo, teremos ficado, para sempre, às margens de nós mesmos

Fernando Pessoa

Ao iniciar as proposições do presente trabalho, a problemática das drogas foi mencionada por meio de marcos legais e de pesquisas que evidenciam as consequências sociais. No entanto, elas pouco refletem as emoções de jovens e familiares que sofrem com as causas e consequências do uso e abuso de drogas.

São mais de 200 milhões de usuários em todo o mundo. Essas pessoas tiveram acesso a inúmeros tipos de substâncias classificadas como drogas e não souberam optar por uma vida segura e saudável.

Este trabalho buscou relacionar, por meio de uma análise descritiva, a partir de uma observação ativa dos processos de gestão adotados pela Coordenação Executiva do Proerd-DF em um período definido, as dificuldades e possibilidades de avaliação com os resultados da implementação nos territórios atendidos.

No entanto, considerando a hipótese deste trabalho, ficou evidenciado que, somente a partir de regulações institucionais amplas e direcionadas, a gestão do programa poderá estabelecer fontes de dados capazes de fomentar, de forma fidedigna e perene, avaliações e retroalimentação dos processos de gestão, com foco na eficácia, enquanto política de segurança pública atrelada aos objetivos, às diretrizes e ao eixo da prevenção da atual Política Nacional sobre Drogas – Pnad (2019a), bem como fomentar processos formativos, por meio do Centro de Treinamento DARE/Proerd-DF, com conteúdo devidamente adaptado, culturalmente e metodologicamente, ao público a que se destina cada currículo Proerd.

Desse modo, o policial instrutor/educador estará instrumentalizado com ferramentas que possibilitem uma intervenção efetiva no espaço escolar, com práticas pedagógicas e conteúdo epistemologicamente direcionados os objetivos do programa.

Nesse sentido, ressalta-se as diversas críticas atribuídas ao programa, que, aparentemente, reverberam resultados de pesquisas sem, necessariamente,

considerar os resultados positivos obtidos pela matriz norte-americana do programa, a partir da implementação do currículo “Caindo na REAL”, referenciado em diversas pesquisas publicadas no próprio *site* da organização (DARE América) e citadas neste trabalho. Tal currículo resulta de uma autocrítica institucional que permitiu buscar novas parcerias e novo conteúdo, para reformular os procedimentos com foco em evidências científicas.

Desse modo, a gestão do Proerd deve regular a concessão de uso dos conteúdos e das metodologias do programa, aferindo o impacto em cada realidade social e educacional, haja vista a complexidade dos fatores socioculturais que podem influenciar nos resultados de uma implementação sem a devida adaptação, monitoria e/ou avaliação. Também deve considerar os custos de planejamento e de execução do programa e os possíveis impactos, enquanto estratégia preventiva de segurança pública.

Por fim, os atores envolvidos em procedimentos de gestão e execução de programas de prevenção contra o uso e o abuso de drogas implementados em *locus* educacional devem possibilitar o emprego de recursos fundamentados em evidências científicas, a fim de favorecerem aos jovens realizar escolhas seguras e saudáveis.

6. REFERÊNCIAS

- ABAD, A. Resenha: “Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos”, de Leonardo Secchi. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 2, n. 2, Dezembro/2017, p. 168-175. Disponível em: <<file:///C:/Users/Raimundo/Downloads/35985-Texto%20do%20artigo-88200-1-10-20171222.pdf>> Acesso em: 10 maio 2019.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 8 jun. 2019.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde**. v. 9. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf>> Acesso em: 12 maio 2019.
- _____. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Formação de Instrutores Proerd**. Brasília: Ministério da Justiça. 2013a.
- _____. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária / Secretaria Nacional de Segurança Pública**. 5. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2013b. 504p.
- _____. **Investigação criminal e avaliação de políticas de segurança pública**. Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública – Coleção Pensando a Segurança Pública. v. 7. Brasília, 2016.
- _____. **Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>> Acesso em: 3 maio 2019.
- BRITO, Carlane. C. **Programa educacional de resistência às drogas e à violência (Proerd)** – uma análise de sua efetividade na prevenção na cidade de Goiânia. Goiânia: Ed. Kelps, 2018. 68 p.
- BRASIL. **Decreto nº 9.761**, de 11 de abril de 2019a. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/100dias/arquivos_pdf/outros-politica-nacional-antidrogas-decreto-no-9-761-de-11-de-abril-de-2019.pdf> Acesso em: 10 maio 2019.
- _____. **Lei nº 13.840**, de 5 de junho de 2019b. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm#art17> Acesso em: 10 jun. 2019.

CAPUTI, T. L.; MCLELLAN, A. T. Truth and Dare: is Dare's new Keepin' it REAL curriculum suitable for American nationwide implementation? **Drugs: Education, Prevention and Policy**. v. 24, n. 1, p. 49-57, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09687637.2016.1208731>> Acesso em: 21 maio 2019.

CLAYTON, Richard. **DARE em 2019: os currículos científicos e baseados em evidências**. Disponível em: <<https://dare.org/d-a-r-e-in-2019-its-science-evidence-based-curricula/>> Acesso em: 1 jul. 2019.

COORDENAÇÃO PROERD – DF. **Ofício nº 647/2016-GAB/SSP-SUAG**. Brasília, 2016.

_____. **Relatório de atendimento 2018**. Brasília, 2019a.

_____. **Portfólio Proerd 2019**. Brasília, 2019b.

_____. **Plano de Curso: Curso Nacional de Formação de Instrutores Proerd**. 1º ed. 2017. Brasília.

DARE – Drug Abuse Resistance Education. **Sobre o DARE**. Disponível em: <<https://dare.org/>> Acesso em: 4 mar. 2019.

_____. – Drug Abuse Resistance Education. **Por que usar**. Disponível em: <<https://dare.org/why-d-a-r-e/>> Acesso em: 27 abr. 2019a.

_____. – Drug Abuse Resistance Education. **DARE América e o programa DARE**. Disponível em: <<https://dare.org/d-a-r-e-america/>> Acesso em: 27 abr. 2019b.

_____. – Drug Abuse Resistance Education. **Currículos de educação**. Disponível em: <<https://dare.org/education/>> Acesso em: 22 abr. 2019c.

_____. – Drug Abuse Resistance Education. **A história do DARE**. Disponível em: <<https://dare.org/history/>> Acesso em: 22 maio 2019d.

_____. – Drug Abuse Resistance Education. **Política e Procedimentos do DARE America**. Disponível em: <<https://dare.org/d-a-r-e-officers/#policies-and-procedures>> Acesso em: 21 jul. 2019e.

GARCIA, Leon S. L. **A prevenção ao uso problemático de drogas**. Boletim de Análise Político-Institucional. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34474&Itemid=6> Acesso em: 28 mar. 2019.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Portaria PMDF Res. 539 de 04 de dezembro de 2006.** Institui e regulamenta, na Polícia Militar do Distrito Federal, o Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd – e dá outras providências. Disponível em: <<https://intranet.pmdf.df.gov.br/controleLegislacao2/PDF/836.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Lei nº 3.946, de 12 de jan. de 2007.** Dispõe sobre a criação do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Norma/54445/Lei_3946_12_01_2007.pdf> Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Portaria PMDF nº 1010, de 11 de agosto de 2016.** Institui e regulamenta, na Polícia Militar do Distrito Federal, o Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd, e dá outras providências. Brasília, DF, 11 ago. 2016.

_____. **Decreto nº 38.068, de março de 2017.** Altera o Decreto nº 37.321, de 06 de maio de 2016, que regulamenta a aplicação do inciso II do art. 48 da Lei Federal nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, definindo os órgãos de apoio e de execução da Polícia Militar do Distrito Federal. Disponível em <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/adfa47dbf80a4e2e9b8ca604870405cc/exec_dec_38068_2017_ret.html> Acesso em: 12 maio 2019.

_____. **Projeto de avaliação do Proerd – 2018.** SSP/SGI. Brasília, 2018.

_____. **Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida.** SSP/DF. Disponível em: <<http://vivabrasilia.ssp.df.gov.br/>> Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. **Dados DF. Região Administrativa e RISP.** SSP/DF. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/dados-por-regiao-administrativa/>> Acesso em: 25 jun. 2019.

LIVRO DO ESTUDANTE PROERD. Currículo para o 5º do Ensino Fundamental: Tradução: Silas T. O. Melo e Soraya E. R. Matoso. Adaptação: Proerd – PMDF. 1. ed. Brasília, 2017.

MELO, S. T. O. **Revisão histórica do programa educacional de resistência às drogas:** uma estratégia eficiente e de baixo custo adotada pela Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: PM-MG, 2018. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/uploadFCK/proerd/15032019105009377.pdf>> Acesso em: 10 maio 2019.

NORDRUM, Amy. **O novo programa DARE – este funciona.** Scientific American, 2014. Disponível em: <<https://www.scientificamerican.com/article/the-new-d-a-r-e-program-this-one-works/>> Acesso em: 11 maio 2019.

PEREIRA, A.P.D; SANCHEZ, Z. Características dos Programas escolares de Prevenção ao Uso de Drogas no Brasil. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2018/nov.). Disponível em:

<<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/caracteristicas-dos-programas-escolares-de-prevencao-ao-uso-de-drogas-no-brasil/17027?id=17027&id=17027&id=17027>>

Acesso em: 26 jul. 2019.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **A formação e desenvolvimento do Proerd**: aplicação do primeiro curso Proerd. Brasília, [2001?].

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Coletânea de Manuais**: Curso de Formação de Instrutores. Centro de Treinamento DARE/Proerd. Minas Gerais, 2015.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **O que é o Proerd?** Disponível em <

<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portalm/proerd/conteudo.action?conteudo=1561&tipoConteudo=itemMenu>> Acesso em: 10 mar. 2019.

SANCHEZ, Z. M. **Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas**.

Portal Aberta. [2016?]. Disponível em:

<<http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201704/20170426-131721-001.pdf>> Acesso em: 10 maio 2019.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias: Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul. 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 19 jun. 2019.

UNODC – Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime. **Diretrizes Internacionais sobre Prevenção do uso de Drogas**. Brasil, 2014.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Relatório mundial sobre drogas 2018**: crise de opioides, abuso de medicamentos sob prescrição; cocaína e ópio atingem níveis recordes. Escritório de Ligação e Parceria no Brasil. Brasil, 2019. Disponível em:

<<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2018/06/relatorio-mundial-drogas-2018.html>> Acesso em: 10 abr. 2019.

XIMENDES, Andréia A. S.; ARAÚJO, Jacques N. **Uma análise do currículo “Caindo na REAL” do Proerd/PMDF em relação às normas internacionais sobre a prevenção do uso de drogas do escritório das Nações Unidas sobre drogas e crime – UNODC**. APMB. Brasília, DF, 2014.

PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Minhas perspectivas profissionais, até então, são as seguintes:

Continuar desenvolvendo as minhas atividades na Coordenação do Proerd, somando-se a elas novos desafios e atribuições como pedagogo do Centro de Treinamento DARE/Proerd-DF, definidas nas Diretrizes para as Coordenações Estaduais sobre o Pedagogo Proerd (SENASP, 2014) e nas Políticas Nacionais e Procedimentos do *DARE*, entre elas:

- Atuar como professor nos cursos de formação e formação continuada sobre assuntos pedagógicos inerentes ao programa.
- Supervisionar o processo de ensino-aprendizagem nos cursos de formação e no desenvolvimento do programa nas escolas.
- Coordenar pedagogicamente os cursos de formação continuada.
- Dar orientação educacional aos policiais militares que desenvolvem o programa.
- Instituir projetos de qualificação e avaliação profissional.
- Desenvolver metodologias adequadas às práticas educativas.
- Adaptar matérias e conteúdos curriculares do programa para a realidade local.
- Auxiliar tecnicamente na solução de problemas e desenvolvimento de ações.
- Oferecer pareceres técnicos acerca de assuntos pedagógicos relacionados ao programa.
- Apoiar pedagogicamente alunos, família e professores.
- Representar a Coordenação Pedagógica e o Centro de Treinamento em encontros técnicos pedagógicos, quando solicitado.
- Orientar as metodologias a serem empregadas em conteúdos sobre prevenção às drogas.
- Analisar e adaptar materiais didáticos.
- Auxiliar na elaboração de documentos orientadores para a avaliação da qualidade programa.
- Realizar visitas técnicas a instituições educacionais.
- Planejar os conteúdos curriculares dos cursos de formação.

– Participar de eventos pedagógicos promovidos por outros órgãos e instituições.

Com a recente promulgação da emenda constitucional que permite ao policial militar acumular cargo público em educação, pretendo prestar concurso para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e atuar como professor na Educação de Jovens e Adultos - EJA

Posteriormente, quando o meu filho Heitor estiver mais independente da atenção do pai, buscar a aprovação em uma pós-graduação *stricto sensu* para o Curso de Mestrado em Educação.

Por fim, Deus permitindo, após entrar para a reserva renumerada, concluir a vida profissional como docente em um contexto de educação superior.

Sem mais, somente gratidão!

Apêndice

Apêndice – A

PESQUISA PROERD LEVANTAMENTO DE TURMAS - 2018 Escolas Particulares

Esta pesquisa visa identificar o número aproximado de turmas e alunos do 1º ao 5º e do 7º ano de Ensino Fundamental existentes nas escolas particulares do Distrito Federal, para estabelecer, de forma equânime, a logística de atendimento do Programa de Educação de Resistência às Drogas – Proerd.

Nome da Escola: _____
Endereço: _____
E-mail: _____ Tel.: _____

Quantitativo de turmas e alunos por série:

		Número de turmas	Número de alunos
1º ano	Matutino		
	Vespertino		
2º ano	Matutino		
	Vespertino		
3º ano	Matutino		
	Vespertino		
4º ano	Matutino		
	Vespertino		

		Número de turmas	Número de alunos
5º ano	Matutino		
	Vespertino		

		Número de turmas	Número de alunos
7º ano	Matutino		
	Vespertino		

Agradecemos a atenção!
Coordenação Proerd

Brasília, ____ de _____ de ____.

Instituição de Ensino

Instrutor(a) Proerd